

a
as



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO IX - N.º 88 - SÃO PAULO, NOVEMBRO DE 1964 - REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191 - S/2

GUERRA EM MOÇAMBIQUE!



Após quatro séculos de ocupação colonial, é este o padrão de vida de que desfrutam milhares de moçambicanos considerados "civilizados" pelas autoridades fascistas. O chefe da família, que se vê à porta da cubata — construída de capim e serapilheira — era funcionário do Gremio dos Produtores de Cereais de Vila Pery, em Manica e Sefala. Não leva uma existência tribal. Mas a sua condição de vida pouco variou em relação à dos antepassados, à data da chegada das caravelas de Vasco da Gama. E contra o regime colonial-fascista que pretende perpetuar a escravidão de sete milhões de africanos entre, o Revuma e o Incomati que os patriotas moçambicanos acabam de levantar-se em armas, iniciando a luta pela libertação nacional (v. noticiário na pagina 8). ...

No fim do passado mês realizou-se a 3.ª Conferência da F.P.L.N., cujas resoluções publicamos noutra local da presente edição.

Das três conferências nacionais promovidas pelo nosso movimento unitário anti-fascista esta foi, claramente, a de maior representatividade, pois contou com a presença da mais numerosa delegação de dirigentes do interior e de representantes de todos os partidos existentes.

Convocada para tomar decisões urgentes sobre importantes problemas de direcção e de organização da luta anti-fascista tanto no interior do país como no exterior, a 3.ª Conferência da F.P.L.N. soube estar à altura da sua responsabilidade de organismo supremo do movimento unitário.

Combatendo pela instauração da Democracia na sua Pátria, os anti-fascistas portugueses não o podem fazer através de organizações cuja estrutura e funcionamento se afastem dos princípios democráticos que nos regem: discussão livre e colectiva das decisões políticas a tomar e responsabilidade colegial pela execução dessas decisões. Por outro lado, tão importante como o respeito por estes princípios é para os militantes democráticos a manutenção do esquema orgânico unitário do nosso movimento, em que todos os partidos, grupos e militantes tem o seu lugar, sejam quais forem as suas ideologias. E, assim, coube à 3.ª Conferência opôr-se a toda e qualquer tentativa de menoscabo dos princípios democráticos de direcção a possíveis propósitos de inversão de alianças, orientados mais uma vez por fal-

tas perspectivas de decisivos auxílios de potências estrangeiras, para cuja obtenção, os beneficiários teriam de apresentar as suas mãos imaculadas de contactos com certas forças democráticas.

Reiterando a definição dos seus objectivos políticos (a reestruturação da sociedade portuguesa através de um processo revolucionário democrático e nacional) e afirmando a sua convicção de que apenas uma insurreição popular derrubará o fascismo salazarista e de que para isso se torna necessária a unidade cada vez mais cerrada de todas as forças democráticas portuguesas, a 3.ª Conferência da F.P.L.N. tomou as medidas adequadas ao fortalecimento do organismo central que no nosso país promoverá e orientará o processo insurreccional. Para a direcção da luta anti-fascista no exterior, a 3.ª Conferência elegeu uma nova Junta Revolucionária Portuguesa, com sede em Argel, da qual foi, pelo menos provisoriamente, abolida a presidência e cujas funções foram divididas por departamentos, cada um dos quais a cargo de um dos membros da Junta.

Alertando a grande massa dos patriotas portugueses contra utópicas soluções do nosso problema nacional vindas do exterior, a 3.ª Conferência da F.P.L.N. cometeu à nova J.R.P. importantes tarefas em diversos sectores que em muito contribuirão, numa articulação realista das actividades que competem às forças democráticas internas e às do exterior, para o final derrubamento do fascismo salazarista e a libertação do nosso povo.

**PORTUGAL
DEMOCRATICO**

III

Conferência

da

F. P. L. N.

Nunes

te) —
são po-
em to-
ulares
na pro-
le luta
z mais.

movi-
te no
um ni-
trava-
os lati-
ressão
ora as
as, es-
s con-
idade
fundí-
tantes
e oito
agri-
bloco
e seus

lo seu
dando
ativí-
do
perá-
ança-
a nu-

1. em
a No-
nulta-
n vá-
s aos
os do
quase
alar-
brida-

Portugal e a União Iberica

Publicamos abaixo um resumo da Conferência pronunciada no dia 2 de Outubro, no Centro Republicano Português de São Paulo, pelo nosso companheiro Joaquim Barradas de Carvalho.

Saiu em Lisboa, há cerca de um ano, um livro da autoria do Comandante J. Moreira de Campos, com um título palpitante: *Rumo de Portugal*. Este título desdobra-se em três subtítulos não menos palpitantes: *Rumo à Espanha? Rumo à Europa? Rumo ao Brasil?* O conteúdo do livro está muito longe de corresponder ao interesse do título, e sobretudo dos subtítulos. Mas tanto um como outros levantam problemas que forçosamente interessam, podemos mesmo dizer que vitalmente, todo o português dos anos 1960.

Não pretendemos nesta palestra abordar todos os problemas que este título, e sobretudo estes subtítulos sugerem. Limitemo-nos ao primeiro deles: *Portugal rumo à Espanha?* E mesmo relativamente a esta primeira alínea, limitemo-nos, em jeito de ensaio, a algumas considerações que estão bem longe de esgotar o assunto. Elas representarão apenas uma modesta achega para que a discussão do problema se aprofunde, de molde a poderemos chegar um dia a conclusões bem melhor fundamentadas.

A abordagem de semelhante questão tem tanto maior actualidade, quanto há três anos o Almirante Sarmiento Rodrigues, ex-Ministro do Ultramar do Governo de Salazar, e já neste momento ex-Governador Geral de Moçambique, dizia, em discurso proferido numa sessão, comemorativa precisamente do dia 5 de Outubro de 1910, realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa pelos Salazaristas Republicanos, que a luta em Angola e nos restantes territórios do Ultramar era decisiva para o futuro da independência de Portugal. A perda de Angola e Moçambique levar-nos-ia a um novo 1580. Nesta ordem de idéias, o Comandante Sarmiento Rodrigues fazia implicitamente de Salazar o novo Cardeal D. Henrique.

Também pela mesma época, em artigo no "Diário de Lisboa", e mais recentemente em livro publicado, o Engenheiro Cunha Leal, opositorista ao regime de Salazar, profetisa o mesmo destino para Portugal no caso do problema colonial não vir a ter uma resolução dita satisfatória.

Está assim posto o problema: Portugal sobreviverá como País independente à perda das chamadas Províncias Ultramarinas? Ou essa perda acarretará a sua integração como província numa Espanha unificada que então se identificará com toda a Península Ibérica?

A resposta a estas perguntas pressupõe, para que seja num mínimo fundamentada, uma análise histórica da Península Ibérica naquilo que diz respeito às relações entre Portugal e o resto da Península.

Não sofre a mínima dúvida que um estrangeiro, é levado, perante uma carta da Península Ibérica, a não perceber que esta Península, tão uma geograficamente, comporte a existência de dois Países independentes. Assim se explica que ainda há poucos anos, e por mais de uma vez nos Correios e Telégrafos de Paris, a empregada ao ver um telegrama por mim expedido para Lisboa, me tenha interpelado: "Espanhe, n'est-ce pas?" (Estes incidentes geográficos-políticos deixaram de se produzir após a odisseia da Santa Maria e o início da guerra colonial em Angola — os dois incidentes que avivaram a geografia política dos franceses, acusados tradicionalmente de não saberem geografia, se bem que — paradoxo supremo — criadores das melhores escolas de geógrafos que jamais o Mundo produziu).

Mas, como todos nós sabemos, Portugal é independente politicamente desde meados do século XII. E por sua vez, desde meados do século XIII (1250), após a reconquista do Algarve, que Portugal está mais ou menos definitivamente constituído. Outrora não poderemos dizer da Espanha: aquilo a que nós hoje chamamos Espanha, foi durante séculos uma pluralidade de reinos — o reino de Castela, o reino de Aragão, o reino de Navarra, o reino mussulmano de Granada. Portugal era então o quinto reino da Península.

A vontade de independência política de Portugal (chamemos-lhe assim por comodidade) é evidente durante toda a Idade-Média, e a esta vontade de independência não é estranho o Tratado de Amizade e Aliança com a Inglaterra, feito em Março de 1374, tratado que visava a manter Portugal independente defendendo-o daquilo a que poderemos chamar o "imperialismo castelhano". (Não nos esqueçamos que também à Inglaterra não era indiferente a existência de uma Península Ibérica unificada ou não). A revolução do Mestre de Aviz em 1383, e a batalha de Aljubarrota em 1385, são as afirmações mais gritantes desta vontade de independência política de Portugal. A independência política de Portugal coincide com os interesses da burguesia comercial-marítima. Uma revolução social que foi ao mesmo tempo uma revolução nacional. A burguesia comercial-marítima representava então os interesses nacionais.

Mais tarde, em 1474, a unificação da Espanha com os Reis Católicos, Fernando e Isabel, coloca Portugal em situação mais vulnerável. Portugal perde a sua situação relativamente forte, perante uma pluralidade de reinos peninsulares. Portugal deixa de ser o quinto reino da Península Ibérica.

Mas a individualização de Portugal no quadro Peninsular não era apenas marcada pela independência política. Portugal conserva a sua língua, o Galaico-Português, ficando à margem das inovações linguísticas do Castelhano. Outras reacções deste género se deram na Península Ibérica com o Catalão e o Valenciano, mas com a diferença que a língua portuguesa era a expressão de uma nacionalidade independente.

A situação linguística concorda pois com a situação política. Mas nos domínios da Cultura tem-se dito existir uma nota discordante: até ao século XVI inclusive, existiria apenas uma Cultura Peninsular, que se exprimiria por meio de duas línguas. O Galaico-Português foi a língua do lirismo. Os Castelhanos, como no exemplo do rei Afonso o Sábio, empregavam-no nas suas poesias. Por sua vez, a partir do século XV, o bilinguismo dominou os meios cultivados de Portugal. O Castelhano foi a língua da Corte. Gil Vicente, Sá de Miranda, Camões, escreveram uma parte das suas obras em Castelhano. Portugal insurgia-se violentamente contra o domínio político da Espanha, mas aceitava sem repugnância as trocas intelectuais. Admitamo-lo por um momento.

Mas se saltarmos para o século XVIII ou XIX, verificamos que já não existe uma Cultura Peninsular, como se diz ter existido na Idade-Média, e nos séculos XV e XVI.

Quando se teria dado esta ruptura? Indiscutivelmente em 1640. A união dinástica de 1580, em vez de fazer a união política que não existia, acabou por consumir não só a separação política, mas também a ruptura intelectual e espiritual. Portugal volta as costas à Cultura Espanhola, e passa desde então a dar a preferência à Cultura Francesa, preferência que se mantém até aos nossos dias.

Portugal volta-se a partir de 1640 para a França, mas não para qualquer França. Volta-se para uma das duas tradições francesas. Não se volta para a Cultura Religiosa da França. O que Portugal foi procurar, beber, a França, não foi o catolicismo autoritário de Bossuet, nem mesmo o catolicismo de Lacordaire, ou o semi-jansenismo de Pascal, mas sim as idéias de Montesquieu, de Voltaire, de Rousseau, de Diderot, o romantismo anti-clerical de Michelet, de Edgar Quinet, de Victor Hugo, o socialismo de Fourier, e sobretudo de Proudhon. Foi finalmente a doutrina de laicização do Estado tal como ela prevaleceu em França no começo do século XX.

Recordemos alguns exemplos que nos parecem suficientemente representativos: a brilhante pleiade de escritores, historiadores, homens de pensamento, do século XIX português, e entre eles os mais importantes, entre os chamados *Vencidos da Vida* — Oliveira Martins, Antero do Quental, Eça de Queiroz, Teófilo Braga. E sobretudo não esqueçamos o precursor de todos eles, e ao mesmo tempo o menos "estrangeirado", o mais "castiçamente português": Alexandre Herculano. Tomemo-lo como uma amostra bem representativa. E que vemos nós? Aquilo a que muito bem podemos chamar *um intelectual português de Cultura Europeia*. Tanto no seu Liberalismo anti-democrático, como no seu Cartismo anti-constitucionalista, como ainda no seu Historicismo ou na sua Teoria da História, Herculano foi um bem fiel discípulo dos historiadores e homens políticos do Romantismo Francês: estão na base das suas grandes idéias as obras de Guizot, Thierry, Tocqueville, Benjamin Constant, e outros mais. Até o Kant de Herculano foi o Kant das *Leçons sur la philosophie de Kant* de Victor Cousin. Se olharmos a geração de 70, os chamados *Vencidos da Vida*, o panorama não difere muito, apesar de certas manifestações, mais ilusórias do que reais.



O prof. Barradas de Carvalho pronunciando a sua conferencia no Centro Republicano Português

Oliveira Martins, Antero do Quental, Eça de Queiroz, Teófilo Braga, são tão subsidiários da Cultura Europeia, e sobretudo francesa, quanto o fóra Herculano. O Positivismo Conteano de Teófilo Braga, o Proudhonismo dos restantes, e a filosofia hegeliana importada através da França, aí estão para o demonstrar. Em época mais recente, até o chamado *Integralismo Lusitano* pagou direitos de alfândega, como muito bem o mostra Raul Proença nas suas *Páginas Políticas*. Mesmo a tradição da minoritária direita católica em Portugal não é estranha à influência de Maurras, Barrès, e da Action Française. É esta a tradição que informa a minoria governativa dos últimos 37 anos... A influência cultural da França em Portugal foi até ao ponto do hino nacional, *A Portuguesa*, vir a ser um mero decalque da *Marseillaise*!... Se olharmos para a actualidade, basta que entremos numa das grandes livrarias de Lisboa, Porto, ou Coimbra, para nos certificarmos que uma percentagem elevadíssima de livros expostos são livros franceses... Se dermos um salto a Madrid, pelo menos ao Madrid de ainda há poucos anos, nada disto vemos. Vemos livros espanhóis... e traduções do alemão: a velha e bem conhecida *Coleção Labor* é disto um bom exemplo — uma elevadíssima percentagem de livros nela traduzidos são alemães. Se recordarmos os intelectuais espanhóis de mais nomeada do fim do século passado, e do início do nosso século, vemos nelas uma forte influência alemã. Os Ortega y Gasset, as *Revistas do Ocidente*, nunca existiram, nem existem em Portugal.

(Continua)

O PAPA IRÁ À INDIA

O Vaticano confirmou já oficialmente que o Papa Paulo VI se deslocará à Índia, em dezembro, por ocasião da realização do Congresso Eucarístico Internacional. A notícia, como era de esperar, consternou profundamente o governo fascista de Salazar, cujo embaixador no Vaticano vinha desenvolvendo esforços desesperados para evitar que o chefe da Igreja Católica visitasse aquele país.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, interrogado a respeito do assunto declarou grosseiramente que o governo de Lisboa considera a visita do Papa "uma ofensa gratuita cometida pelo chefe do catolicismo contra uma nação católica". O tom da imprensa é idêntico. Para darmos aos nossos leitores uma ideia dos aspectos ridículos desse coro de lamentações, transcrevemos do "Diário de Notícias" esta pequena amostra: "Se como cristãos aplaudimos a moderna política do Papa de transpor as fronteiras do Vaticano, aumentando o sentido da universalidade da Igreja, como portugueses não devemos esconder uma profunda dor pela visita do Pontífice a um país que, violando as normas da justiça internacional, transgrediu simultaneamente o preceito cristão da paz".

FORA COM OS ALEMÃES

Miguel Urbano Rodrigues

Causou em Portugal compreensível emoção a notícia, divulgada em primeira mão pela Radio Portugal Livre, de que deve chegar brevemente a Beja o primeiro contingente da Bundeswehr que irá ocupar a base aérea que está sendo construída nos arredores daquela cidade, nos termos do acordo militar estabelecido entre Salazar e Erhard. Dois outros factos são igualmente significativos da disposição em que se acha o governo de Bonn, com a concordância da camarilha fascista de Lisboa, de transformar Portugal num gigantesco campo de treino onde os militaristas germano-ocidentais possam preparar-se para as aventuras criminosas com que sonham. Um deles é a aprovação pelo Bundestag de um crédito de 46 milhões de marcos para novas instalações na base de Beja; o outro a nomeação de um general para o comando da força de 500 oficiais e soldados de várias armas que seguirá para Portugal como guarda-avançada de guarnição mais poderosa.

Aquilo a que não se havia prestado nenhuma outra nação, nem sequer os parceiros da RFA no Mercado Comum, foi alegremente aceite por Salazar. Talvez, quem sabe, pedido! Não se trata de uma perspectiva desagradável. A presença de soldados da Bundeswehr em terra portuguesa é, já agora, uma certeza. Teremos em Beja, possivelmente dentro de semanas, ordens de serviço redigidas em alemão, um general e todo um estado maior educados na escola do militarismo prussiano, botas alemãs a calçar as cidades e os campos do Alentejo. Isto após oitocentos anos de vida como nação independente.

Sabemos distinguir entre o povo alemão — igual a todos os demais povos no seu desejo de paz e progresso — e os revanchistas que governam em Bonn e são hoje os mais firmes aliados do fascismo português. Os sentimentos de respeito e solidariedade que a pátria de Schiller desperta nos corações portugueses não podem ser invocados em relação aos representantes da anacrónica e criminoso mentalidade dos "junkers" que vão instalar-se em Portugal. Hostilizar os militares germano-ocidentais chamados ou consentidos por Salazar é, pelo contrário, um dever a que nenhum português patriota pode furtar-se. Receber com displicência essa força de ocupação estrangeira não seria apenas um serviço prestado a Salazar; seria também uma demonstração de insensibilidade histórica, pois as forças militares de Bonn são as legítimas herdeiras das hordas da *Wermacht* e das SS cujos crimes monstruosos jamais se apagarão da memória da Humanidade. Compreendemos que o dr. Erhard veja em Salazar um aliado seguro, ou não fosse o decrepito ditador um fiel admirador de Hitler e um discípulo aplicado de Mussolini. Não temos, portanto, que manifestar surpresa ante a chegada iminente dos militaristas prussianos. O que temos, isso sim, é de formar, no interior e no exterior, uma frente comum contra a permanência em solo português da horda neo-nazi. De Norte a Sul de Portugal, e especialmente nas planuras alentejanas, uma palavra de ordem não tardará a transformar-se em clamor de todo um povo: FORA COM OS ALEMÃES!

Não basta evidentemente dizer que é preciso hostilizar os militares alemães em Beja ou onde quer que se instalem. A criação de clima psicológico favorável a manifestações de massa, a generalização à totalidade da população de um espírito de resistência ao ocupante exigem um importante trabalho em profundidade dos quadros responsáveis das forças democráticas. Mas, sem de nenhum modo subestimarmos o indispensável esforço organizativo que uma tal campanha supõe, não podemos perder de vista o facto de que a mobilização dos espíritos e das vontades contra uma presença estrangeira se processa, a partir de dado momento, quase espontaneamente, numa cadeia que prescinde já dos estímulos exteriores. O fundamental é a arrancada inicial. A história ensina-nos que a unidade das correntes mais dispares se torna uma realidade quando um objetivo comum se sobrepõe a todos os demais; a luta contra um opressor estrangeiro, principalmente se essa opressão é acompanhada da presença militar. Os exemplos são incontáveis. Vale a

pena citar dois: o da Persia e o da Tunísia. Na Persia de Mossadegh, as mesmas massas cuja mobilização contra a oligarquia interna esbarrava com dificuldades tremendas, levantaram-se em movimento irreprimível contra o imperialismo britânico, representado pelo super-estado da Anglo Iranian, protegido pelos canhões da esquadra inglesa. Na Tunísia dos nossos dias, cujo governo é o mais conservador das nações norte-africanas, a única campanha que conseguiu despertar as energias populares e fazer o povo sair às ruas disposto a morrer, foi a luta pela expulsão dos franceses da base de Bizerta.

O paralelo seria descabido se o levassemos mais longe. Apenas quisemos salientar que mesmo quando existem fortes razões para que as massas se mobilizem contra determinado tipo de opressão interna, essa mobilização se apresenta muito mais difícil do que a gerada pela explosão dos sentimentos patrióticos feridos pela presença estrangeira.

No caso da base alemã em Beja, a receptividade às palavras de ordem das forças democráticas será imediata e crescente. O simples espetáculo da arrogância prussiana exibindo-se no Alentejo não indignará apenas os camponeses sem terra, combatentes de uma batalha ininterrupta contra o fascismo salazarista. Não. A revolta contra a presença dos militares de Bonn será partilhada por camadas bem mais vastas da população, tornando-se inclusive extensiva a elementos tímidos da pequena burguesia que sistematicamente vêm procurando manter-se à margem do processo político português. E não resta dúvida de que a corrente do ódio à tropa ocupante, uma vez desencadeada, se transformará em onda avassaladora que nenhuma violência repressiva será capaz de deter.

Os prospectos que principiam a surgir denunciando a aliança entre Salazar e Bonn, o "slogan" FORA COM OS ALEMÃES que aparece diariamente em muros, em tapumes e nas paredes das casas, principalmente em Beja, trazem-nos a certeza de acções menos pacíficas contra os revanchistas germano-ocidentais tão logo eles se instalem. Sempre condenamos o terrorismo por nele vemos uma arma de dois gumes, susceptível de provocar um recuo no processo que conduzirá à derrubada do fascismo. No que se refere, entretanto, à luta contra a presença de tropas alemãs em Portugal, é evidente que certas acções de violência, condenáveis em circunstâncias diferentes, se justificam, surgindo como o complemento lógico e indispensável das acções pacíficas de denúncia e protesto. A partir do momento em que os seus tacões pisarem terra portuguesa, o general alemão designado para comandar em Beja simbolizará uma odiosa presença estrangeira, toda uma clique de "junkers" que continua a sonhar com o domínio militar da Europa. Assim, a atitude que o povo português será forçado a adoptar, perante esses intrusos assemelha-se, sob muitos aspectos, à que assumiram as populações europeias sob a ocupação nazi na guerra de 39/45. O combate diário, tenaz, total, a essa horda, por todos os meios ao alcance da população, encontrará plena justificação. Uma certeza reconfortante acompanhará quantos dele participarem: a opinião pública mundial não permanecerá indiferente a essa luta. Os homens livres de todas as nações, incluindo a imensa maioria do povo alemão, condenam o militarismo germano-ocidental e sentem-se solidários com todos aqueles que o combatem. A consciência universal conserva uma recordação indelevel dos horrores nazis, não esqueceu Auschwitz, Rotterdam, a destruição do ghetto de Varsóvia...

Não se deve também perder de vista o facto importantíssimo de que lutar contra a permanência em Portugal de forças militares alemãs é uma forma eficaz de lutar contra Salazar. Cada golpe vibrado nos militares estrangeiros de Bonn abalará os alicerces podres do Estado fascista.

O "slogan" FORA COM OS ALEMÃES! é um sinónimo de ABAIXO O FASCISMO! Mas tem a vantagem inapreciável de provocar uma ressonância susceptível de se traduzir imediatamente em acções de violência correctas, que apressarão o fim do fascismo.

Nolas e comentários

A Vitória do "Labour"

A vitória do Partido Trabalhista nas eleições britânicas foi recebida com natural satisfação pelos democratas portugueses. A escolha de um parlamento ou de um governo é evidentemente um problema interno em que só o povo interessado é chamado a pronunciar-se. Entretanto, o apóio ostensivo que os governos conservadores do Reino Unido vinham dispensando ao fascismo português explica, só por si, o desejo que as forças democráticas portuguesas tinham de assistir a uma vitória do "Labour Party".

Assim, o simples facto de a Grã-Bretanha ter hoje um governo trabalhista é do ponto de vista do interesse português um fator que de certo modo contribuiu para enfraquecer o regime fascista de Salazar. Mas apenas isso. Admitir, por exemplo, que a substituição do sr. Alec Douglas Home pelo sr. Harold Wilson venha a resolver os problemas do povo português seria dar mostras de uma total ausência de senso das realidades. Cabe recordar que não é a primeira vez que a Inglaterra tem um governo trabalhista nas ultimas décadas. O "Labour" já esteve no poder numa fase bem mais radical do partido, no após guerra, e Salazar nada sofreu com isso. A euforia de que certos espíritos dão mostras perante as modificações introduzidas na política britânica parece-nos, portanto, não só gratuita como perigosa na medida em que pode engendrar ilusões quanto ao derrubamento do fascismo. É uma velha pecha de certos democratas a tendência para esperar que a solução do problema português chegue de fora, através da acção das chancelarias estrangeiras. A vitória do "Labour" poderá reavivar em alguns espíritos essas esperanças sem fundamento. Daí a nossa advertência. No actual momento seria lamentável a reincidência em velhos erros, mesmo por parte de sectores restritos. Do governo britânico, os democratas portugueses esperam apenas que ele se abstenha de intervir nos problemas internos do povo português. Essa será a única, e aliás valiosa ajuda, que temos o direito de exigir do sr. Harold Wilson. Para tanto bastará que o novo primeiro-ministro seja coerente, dispondo-se a honrar as posições assumidas quando liderava a oposição, época em que denunciou sempre como lesivo aos interesses britânicos o apoio a Salazar dos governos conservadores e a sua política de sustentação da guerra colonial. Quanto ao mais, a libertação de Portugal, o derrubamento do fascismo é tarefa do povo português e que só por ele poderá ser levada a cabo através da insurreição armada. PD

Nova Frente na Guerra Colonial

A notícia do início da insurreição armada do povo de Moçambique, divulgada pela FRELIMO, foi recebida sem surpresa em todo o mundo. O próprio espanto de Salazar traz a marca da sua hipocrisia. Melhor do que ninguém, o ditador fascista sabia que a tranquilidade aparente reinante entre as populações das fronteiras do Norte e Noroeste de Moçambique era um prenúncio da tempestade que se avizinhava. Até revistas norte-americanas como "Vision", que pouca atenção dedicam a tais problemas, haviam anunciado a iminência da invasão da grande colónia portuguesa...

No momento em que redigimos esta nota, desconhecemos ainda as proporções dos choques armados que se verificaram e qual a importância e o grau de preparação das forças nacionalistas que ao desencadearem a luta pela libertação da sua pátria acabam de colocar Moçambique no primeiro plano da actualidade internacional. As primeiras informações chegadas ao Brasil são confusas e fragmentárias, não permitindo uma opinião segura sobre a marcha dos acontecimentos. Um fato, entretanto, não sofre contestação: os patriotas moçambicanos contam com um trunfo inicial extremamente valioso que faltou aos seus irmãos angolanos: uma sólida base de operações, ou mais exactamente as facilidades que resultam da simpatia declarada do governo de Tanganyika pela sua causa. Qualquer que seja o juízo que dele se faça, Julius Nyerere não se

assemelha em coisa alguma aos fan-toches que têm presidido ao caos congolês desde a queda de Lumumba. Não receia os arreganhos de Salazar, não precisa dele para nada. Nas antipodas dessa atitude de apoio moral e material aos patriotas moçambicanos encontramos a do governo de Pretoria. Não há exagero na afirmação de que as notícias de Moçambique geraram o pânico entre os racistas sul-africanos. O pavor que lhes causa a perspectiva de libertação do povo vizinho é de tal ordem que uma máquina de propaganda para distorção da verdade já principiou a funcionar, emprestando aos combates até agora travados o caracter de operações cientificamente planeadas e com o apoio logístico de especialistas dos países socialistas. O tom dos comentários dos jornais de Joanesburgo e do Cabo assemelha-se ao dos publicados em Lisboa e Porto como duas gotas de água entre si... Quanto aos aliados de Salazar na Europa e na América mantêm-se até ao momento mudos.

Qualquer que seja a força real dos nacionalistas moçambicanos e a importância do apoio com que contam seria ilusório esperar deles impossíveis vitórias. Salazar dispõe ali de um exército de 25.000 homens dotado do mais moderno armamento da NATO e encontra-se por isso em condições de preservar os grandes centros urbanos de ataques dos patriotas. Esse poderoso aparelho de repressão não bastará, entretanto, ao fascismo para impedir o alastramento da revolta a extensas zonas da colónia, onde a insegurança dos europeus se tornará permanente. Tudo indica que o fenómeno angolano se vai repetir em Moçambique, no que se refere à impossibilidade de o Exército colonialista restabelecer a situação anterior ao levante. Será assim mais uma guerra colonial sem solução militar e que, portanto, apodrecerá.

Qualquer que seja o prisma por que se encarem os factos, o levante moçambicano veio tornar ainda mais desesperada a posição do fascismo português. Num momento em que, com prejuizo crescente das actividades económicas nacionais, a juventude portuguesa está quase toda nas fileiras, Salazar terá de mobilizar novas classes, desfalcando ainda mais o País da sua força produtiva essencial. A Nação, já revoltada contra uma guerra sem fim, criminosa e contrária aos seus interesses, sentir-se-á profundamente traumatizada. Não há uma família hoje que não tenha gente enviada à força para lutar em África em defesa da sobrevivência do fascismo colonialista e dos monopólios que o sustentam. O agravamento da situação económica e financeira será, por outro lado, inevitável. A esse respeito, a Conferência da F.P.L.N. acaba de se exprimir com uma clareza meridiana: os democratas portugueses não reconhecerão após a queda do fascismo os compromissos assumidos pelo governo de Salazar para sustentar a guerra colonial. A reafirmação da advertência não podia vir em momento mais oportuno. A maioria desses "emprestimos", bem o sabemos é obtida por via indirecta, através de investimentos lesivos aos interesses nacionais. Pouco interessa, porém, o processo, uma vez que o resultado é o mesmo. Podem estar certos os grandes grupos economicos — sejam eles americanos, alemães ou de outras origens — que o povo português saberá, na hora da libertação, defender as suas riquezas tão escandalosamente leiloadas pelo fascismo. A abertura da terceira frente da guerra colonial é um convite à meditação para os aliados de Salazar. M. U. R.

OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 20 às 20,30 e das 22,15 às 22,45 (hora de Portugal) na banda de 32 metros e das 0,30 às 0,50 nas bandas de 36, 40 e 43 metros
Uma Emissora ao Serviço do Povo Português



54 anos passaram sobre a jornada gloriosa do 5 de outubro de 1910. Manifestações de massa como a que a gravura reproduz tornaram-se coisa comum nas ruas de Lisboa nas vésperas da insurreição popular que derrubou a monarquia e o espírito retrogrado que ela simbolizava. Ao comemorarem em todo o mundo a grande efeméride foram unânimes os democratas portugueses em salientar que, hoje como então, a unidade de todas as forças progressistas é uma condição indispensável à vitória.

A GRAVE CRISE AGRICOLA

Com o ar de quem sobrava uma solução definitiva e rodeado de numerosa comitiva de assessores, apresentou-se na Corporação da Lavoura, em junho último, o ministro da Economia, Teixeira Pinto, para prometer um subsídio de 220 a 300 mil contos a ser concedido em 1964-65.

No entanto, ao invés de causar gozijo, como o ministro talvez esperasse, o anúncio do subsídio foi recebido como um remendo para a grave crise em que se encontra a lavoura em todo o país e o descontentamento aumentou, generalizando-se os protestos de pequenos e grandes camponeses.

Após a fala do ministro, a Corporação da Lavoura publicou um comunicado em que manifesta abertamente a sua discordância com a política do Ministério da Economia, lembrando que os produtores de milho continuam em situação desesperada; que a abolição do subsídio do trigo, reconhecido tempos atrás como indispensável, roubou à lavoura 380 mil contos nos dois anos anteriores; que foram aumentados os preços dos adubos e das sementes, o que deu um encargo, respectivamente, de 80 e 36 mil contos à lavoura.

"Assim — diz a Corporação da Lavoura — a promessa de 110 a 150 mil contos de subsídio por ano, que agora se oferecem para o biénio 1964-65 não chegam para colmatar os prejuizos resultantes de um único decreto — o que instituiu o Regime Cerealífero". Aliás — prossegue o comunicado — a Corporação da Lavoura tem sérias dificuldades em distribuir um subsídio que, dada a sua exiguidade, nem o próprio Ministério se sente capaz de arcar com a responsabilidade da sua distribuição.

A posição tomada pela Corporação da Lavoura foi apoiada pelos diversos grêmios em reuniões que se sucederam por todo o país. Destacamos algumas dessas reuniões e os protestos e reivindicações que no decorrer das mesmas foram manifestadas:

Em 29 de junho, os grêmios da lavoura do BAIXO ALENTEJO reclamaram o direito de intervir na solução dos problemas que os afetam e declararam inaceitável o subsídio prometido pelo Governo pois, afirmaram, se for distribuído pelas cerca de 700 mil explorações agrícolas, pequenas e médias, existentes, darão 300 ou 400 escudos a cada uma (!)

Os lavradores de ENTRE DOURO E MINHO, reunidos no Grémio a 11 de julho, manifestaram surpresa e reclamaram pelo fato de os seus interesses não terem sido considerados nos mais próximos planos de fomento; recusaram o subsídio do Ministério considerando-o "inteiramente ineficaz sob o ponto de vista do interesse agrícola dado que na maioria dos casos mal atingirá umas centenas de escudos por exploração agrícola".

Por sua vez, centenas de pequenos, médios e grandes lavradores do ALTO ALENTEJO, reunidos em 28 de julho em Évora, reclamaram do Governo um subsídio compensador para poderem continuar a pagar adubos, rendas e o resto dos encargos agrícolas. Foi ali afirmado que já na presença do ministro da Economia a representação da Federação dos Grê-

mios do Distrito de Évora dissera que "não aceitava o subsídio do Governo, pois não sabia como o dar nem a quem o dar". Os participantes na reunião e outros, toram em seguida ao Governo civil de Évora entregar a reclamação para ser levada ao Governo de Salazar.

Em REGUENGOS DE MONSARAZ (Alentejo), realizou-se, em 7 de agosto, uma reunião de lavradores, pequenos e grandes, que reclamaram do presidente do Conselho urgentes medidas, dado que a lavoura na região, segundo afirmaram, já não pode satisfazer os seus compromissos. "Não temos azeitona, já não temos porcos, pois os que não morreram da doença morreram da cura". (Alusão crítica ao fato de os porcos terem sido dizimados com a vacina que o Governo impôs aos lavradores). Reclamaram um subsídio de 1\$00 por quilo de trigo, a fixação do preço do trigo em 3\$60, sem novo aumento para o preço dos adubos e a fixação em 25\$00 do preço médio do quilo da carne pago à lavoura.

Igualmente se realizou uma importante reunião em ODEMIRA, em 20 de agosto, na qual participaram representantes de pequenas, médias e grandes explorações agrícolas, tendo sido afirmado que a solução dos seus problemas é uma questão de vida ou de morte para os lavradores daquela região.

Em face da pressão crescente dos agricultores e lavradores da região de Lisboa, reuniram-se os presidentes dos 13 Municípios rurais do distrito, que entregaram ao governador civil de Lisboa, em 24 de agosto, uma exposição reclamando do Governo urgentes medidas para os problemas da região. Focando a grave situação do pequeno camponês, afirmou-se na exposição: "Conhecemos casos inúmeros da devolução das propriedades aos seus donos, por parte dos rendeiros, propriedades que ficam incultas para sempre por falta de condições de estímulo e de incentivo. É frequente também a entrega gratuita de quintas inteiras pelos senhorios aos rendeiros que por sua vez as regeitam entristecidos, mas conscientes das realidades duras da lavoura dos nossos dias".

Em MÉRTOLA e em SERPA, após reuniões nos respectivos grêmios, nos fins de agosto, centenas de rendeiros, seareiros e proprietários, reclamaram crédito barato e a revisão dos preços dos produtos agrícolas.

De toda esta gravíssima situação do campesinato e da agricultura, consequência direta da política salazarista de proteção aos monopólios, agravada com o onus da guerra colonial em que há mais de três anos o Governo empenhou o país, algumas conclusões se podem tirar.

Em primeiro lugar, que a ditadura fascista que domina o país há mais de 38 anos, cada vez menos será capaz de resolver os graves problemas que afligem as populações rurais. A "desordem" existente no processo de produção, circulação e comercialização dos produtos agrícolas, é uma consequência direta da "ordem" fascista; do desprezo pela pequena e média produção e da descarada proteção aos monopólios e aos grandes latifundiários.

Em segundo lugar, ainda que uma ou outra medida de emergência possa atenuar momentaneamente a gravidade deste ou daquele problema, a manutenção da injusta e desatualizada estrutura agrária e do atraso técnico da agricultura portuguesa deixam sem solução os problemas fundamentais. Basta lembrar que, em Portugal, os 500 maiores proprietários possuem mais terra que os 500 mil mais pequenos! Isto significa que uma reforma agrária que entregasse as terras desse pequeno número de famílias parasitárias — que recebem da terra e do trabalho rural os meios que dissipam numa vida luxuosa, mas não se dedicam ao trabalho da terra — beneficiaria de maneira sensível muitas centenas de milhares de famílias camponesas.

Ninguém com senso comum poderia esperar do governo salazarista medidas de reforma agrária que colocassem o problema agrícola português no rumo das soluções definitivas, mas, as degradantes condições económicas e as dificuldades financeiras a que o país foi arrastado pela clique governativa são de tal ordem que nem mesmo as medidas provisórias, como os subsídios, conseguem ultrapassar os limites do irrisório. Só o desaparecimento do estado fascista poderá abrir melhores perspectivas para quem, no nosso país, vive e trabalha no campo.

A U. D. P. dirige-se a Harold Wilson

A Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa enviou no dia 16 de setembro ao sr. Harold Wilson, novo primeiro ministro britânico, a seguinte carta:

"Na hora em que o Labour Party vence as eleições gerais no Reino Unido é com o maior júbilo que os democratas portugueses do Brasil vêm apresentar a V. Exa. as suas felicitações, certos de que essa vitória abre novas perspectivas de prosperidade ao povo britânico e contribuirá para reforçar as esperanças de paz e progresso da Humanidade.

Sentem-se os democratas portugueses particularmente gratos ao Labour Party por, os seus representantes na Câmara dos Comuns, e principalmente V. Exa., haverem insistentemente denunciado a política de sustentação do governo fascista de Salazar adoptada pelos ex-primeiros ministros srs. Harold Mac-Millan e Alec Douglas Home. Em mais de um ensejo testemunhamos a V. Exa. o nosso reconhecimento pela condenação das guerras coloniais e pela posição do vosso partido em defesa do direito à autodeterminação e independência dos povos das colónias portuguesas.

É assim com a esperança de que o ascenso do Labour ao governo virá pôr termo à política de apoio do Reino Unido à ditadura de Salazar que renovamos as nossas felicitações pela vitória que acabais de alcançar.

Aproveitemos a oportunidade para apresentar a V. Exa., com os nossos cumprimentos, os protestos da nossa elevada consideração".

Cópias desta carta foram remetidas aos principais órgãos da imprensa britânica.

O 5 de Outubro em São Paulo

Tal como em anos anteriores, o aniversário da revolução republicana do 5 de Outubro de 1910 foi comemorado em todo o Brasil pelos democratas portugueses. Em São Paulo a efeméride ficou assinalada por uma grande jornada de confraternização que teve como acontecimento principal o jantar realizado na "Maison Suisse" e do qual participaram cerca de trezentos portugueses e brasileiros. Na mesa de honra, a ladear o eng. Ricca Gonçalves, presidente do Centro Republicano Português — entidade organizadora das comemorações — tomaram lugar, entre outras, as seguintes individualidades: prof. Florestan Fernandes, catedrático de Sociologia da Universidade de São Paulo; deputado Mário Beni, representando o Partido Social Progressista; major Siqueira Campos, pelo Partido Republicano; Fulvio Abramo, presidente do diretório paulista do Partido Socialista Brasileiro; coronel Geraldo Paglia, representando o comandante da Força Pública de São Paulo; major Salvador Muller, representando o comandante dos Bombeiros; Jorge Rodrigues de Mello, pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo; Dolores de Mello Vassão, secretária da Comissão Brasileira para a Amnistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal e Espanha; Agnora de Sousa Pires, pelo grão-mestre do Grande Oriente; Juan Vendrell, presidente do Centro Democrático Espanhol, escritora Helena Silveira, escritoras Maria Archer e Margarida Barradas de Carvalho, capitão João Sarmiento Pimentel, professores Adolfo Casais Monteiro e Victor Ramos; e dr. Jose Pedroso de Lima.

FALA O CAP. SARMENTO PIMENTEL

O primeiro orador da noite foi o sr. capitão João Sarmiento Pimentel. Depois de justificar a ausência de Paulo Duarte, chamado com urgência a Brasília, e do jornalista português Paulo de Castro, pediu uma saudação especial para o prof. Florestan Fernandes, o que a assistência fez, aplaudindo demoradamente, de pé, aquele grande amigo de Portugal. Aludindo, depois, ao drama dos exilados, prestou homenagem às mulheres portuguesas presentes, que com coragem, espírito de sacrifício e ternura têm suavizado aos maridos as agruras da emigração forçada. Prosseguindo, teve também palavras de estímulo e apreço para a acção dos novos que em futuro próximo "farão parte da elite que há-de restaurar Portugal desse tornado que durante quase quarenta anos talcu o sagrado solo pátrio e esmagou cruelmente a ansia de liberdade e justiça do povo faminto e revoltado". Citando ainda outros nomes da emigração, espalhados pela Europa e pela América, declarou ver neles simbolizada toda uma elite democrática e progressista, vanguarda da nova geração universitária que vive em Portugal e participa corajosamente da luta pelo derrubamento do fascismo.

PALAVRAS DO PROF. FLORESTAN FERNANDES

O prof. Florestan Fernandes, falando em nome dos brasileiros presentes, principiou por agradecer, comovido, a homenagem que havia recebido. Aludindo à generosidade e à cordialidade dos portugueses, homens que se comunicam pelo coração, disse do orgulho que sentia pelas suas origens lusitanas. Referindo-se depois ao amor dos filhos de Portugal pela liberdade, explicou a criação da Nação brasileira no que ela tem de cordial e inconfundível justamente como reflexo do carácter português.

Discorrendo mais adiante sobre a importância da democracia, prestou expressiva homenagem aos heróis da Revolução Republicana de 1910, lembrando que na gloriosa data do 5 de Outubro souberam cumprir o seu dever para com a Pátria, embora se tenham frustrado os seus sonhos de uma era de progresso, de igualdade e liberdade para a Nação Portuguesa. Na pessoa do sr. capitão Sarmiento Pimentel saudava a memória desses revolucionários e alegrava-se particularmente de verificar que apesar dos anos ele nada perdera da sua fé nos valores da democracia que o haviam levado a pegar em armas contra a monarquia. Por mais sombrio que fosse na aparência o panorama actual, o comportamento da juventude de Portugal só por si constituía uma garantia de que a causa da liberdade não faltam em Portugal defensores. Condenando em termos veementes as ditaduras de Salazar e Franco, acentuou o prof. Florestan Fernandes que não há po-

vo que possa sobreviver a um regime de autoridade discricionária quando não procura resistir-lhe. Via a causa de Portugal como uma causa do Brasil. "Devemos a Portugal — disse — mais do que a língua e uma admirável herança cultural. Devemos-lhe também esse espírito que faz do Brasil uma Nação única na América: o ideal de liberdade e a aspiração a uma democracia perfeita. Os portugueses trouxeram consigo a aspiração de construir um mundo novo. É o que explica o êxito do Brasil. Precisamente por isso não existe um só intelectual brasileiro consciente que nesta data não se volte para o povo português desejando que ele se liberte. "E concluiu fazendo votos para em 1965 os portugueses emigrados que o rodeavam pudessem comemorar num Portugal já livre da ditadura a grande data do 5 de Outubro.

OUTROS ORADORES

Usaram em seguida da palavra os srs. Fulvio Abramo, presidente do diretório regional de São Paulo do Partido Socialista Brasileiro; e Juan Vendrell, presidente do Centro Democrático Espanhol. O primeiro, em breve intervenção, lembrou que trazia a todos os democratas portugueses as saudações fraternais do Partido a que preside, terminando por manifestar a sua esperança numa era de paz para a Humanidade de modo a que esta não possa mais ser perturbada pela presença de regimes liberticidas como a ditadura fascista de Salazar e outros que a ele se assemelham onde a exploração do homem pelo homem e o terror policial são a regra. O sr. Juan Vendrell recordou na sua saudação a ajuda que os democratas portugueses prestaram ao seu país ao lutarem ao lado dos seus companheiros da República contra o fascismo português. Esse entendimento registrado no passado era segura garantia de uma colaboração íntima entre as duas pátrias na luta contra Franco e Salazar.

SAUDAÇÃO A FPLN

O nosso companheiro Alexandre Pereira procedeu, em seguida, a leitura da seguinte mensagem, endereçada à Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional e assinada por todos os democratas portugueses presentes:

"Democratas portugueses do Brasil reunidos ato comemorativo do 54.º aniversário da proclamação da República, saudam a Conferência da F.P.L.N., organismo supremo da Oposição unificada, reiterando, nesta data gloriosa para o povo português, a certeza de que saberá conduzir a luta pelo derrubamento do fascismo, de acordo com as esperanças nela depositadas pelas massas populares e dentro do respeito pelos princípios democráticos e pelo trabalho coletivo.

S. Paulo, 5 de Outubro de 1964

Pelo Centro Republicano Português: António Ricca Gonçalves, João Sarmiento Pimentel e Joaquim Duarte Batista.

Pela Unidade Democrática Portuguesa: José Pedroso Lima, Manuel Moura, Joaquim Lopes Mendes e Alexandre Pereira.

Pela União das Mulheres Portuguesas: Maria Archer.

Pelo Portugal Democrático: Augusto Aragão, Victor Ramos, Joaquim Barradas de Carvalho e Miguel Urbano Rodrigues.

Participantes no ato comemorativo do 54.º aniversário da implantação da República: Adolfo Casais Monteiro, João Paulo Monteiro, Carlos Cruz, Armando de Azevedo, Francisco Sarmiento Pimentel, João dos Santos Baleizão, Manuel Rocheta, Fernando da Silva Ramos, Mário Henrique Leiria, Manuel Rodrigues da Silva, Abílio Rodrigues da Silva, José Simões, José Mario Bódas, Terezinha Bódas, Francisco dos Santos Gomes, Júlia Martins Silva, Armando Masson, Maria Tereza Garrido, Alfredo Masson, João Sampaio Cosme, Manuel Soares, Manuel Baptista, João Cesário Gonçalves, Horácio Quintiliano, Joaquim Lemos Figueiredo, José Rodrigues Fernandes, Joaquim da Silva Gomes, José Fonseca Martins, António Alexandre, Maria Aldina Rôlo, Maria Aduinha, Fernando Couceiro, Acácio Silva Abreu, Fanny Costa Lopes, Acílio Costa Lopes, M. Fernandes, Lenine de Jesus Alexandre, Julio Mesquita, Ildefonso Garcia, João Manuel Tito de Moraes, Fernando Campos Cunha, Mário Rodrigues Tavares, Luiz Alfredo Botelho, António Ribeiro Seabra, Manuel Calado, José Maria Ribeiro Seabra, Edgar Seabra, J. Soares, Herlander Gomes, António Salgueiro Antunes,

Fernando Nazaré, José Luiz Antunes, Joaquim da Silva, Armando de Castro, e outros cujas assinaturas são ilegíveis.

APELO AO PRESIDENTE DA REPUBLICA DO BRASIL

Foi, a seguir lida e aprovada por aclamação uma carta-apelo a ser enviada ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. O documento que foi assinado por todos os brasileiros presentes e por grande número de portugueses é do seguinte teor:

"Excelência:
Não ignoram os signatários — portugueses e brasileiros, reunidos em São Paulo, em ato comemorativo do 54.º aniversário da implantação da República Portuguesa — a atenção permanente com que vem acompanhando a evolução dos graves e complexos problemas internacionais decorrentes da situação existente nas colónias portuguesas.

Essa atitude de V. Exa. uma vez mais se evidenciou durante a recente visita do Presidente Senghor, refletindo-se no comunicado conjunto dado a público e nos discursos por V. Exa. então pronunciados. Desse fato se deu perfeitamente conta o Presidente do Senegal ao manifestar insistentemente a opinião de que o Brasil pode desempenhar um papel histórico no processo de descolonização, pois nenhuma outra nação está tão qualificada para levar o Governo Português a aceitar uma solução pacífica para as lutas que atualmente infelicitam os povos de Portugal e de suas colónias.

Assim, ao recordarmos uma data tão cara ao povo português como a do 5 de outubro de 1910, permitem-se os signatários, atentos às posições oficiais do Governo Brasileiro, favoráveis à solução pacífica de todos os conflitos que dividem a humanidade, solicitar a V. Exa. se digne concretizar as esperanças da maioria esmagadora de brasileiros e portugueses, exercendo a sua alta influência junto do Governo de Lisboa, no sentido de que seja posto termo às guerras que ensangantam Angola e a Guiné, como primeiro passo para um diálogo em que possa então impor-se a razão e o respeito aos princípios da autodeterminação dos povos.

Aproveitamos o ensejo para apresentar a V. Exa. os protestos da nossa elevada consideração.

TELEGRAMA A AMÉRICO TOMAS

Foi também lido o seguinte telegrama a ser enviado ao sr. Américo de Deus Tomás:

"Em nome brasileiros reunidos jantar comemorativo 54.º aniversário proclamação República Portuguesa vimos junto V. Exa. recordar dolorosa situação presos políticos portugueses há longos anos encarcerados por defenderem liberdade opinião. Apelamos sua libertação de acordo Carta Direitos Homem da Organização Nações Unidas e tradicional generosidade povo português.

a) prof. Florestan Fernandes

MENSAGENS RECEBIDAS

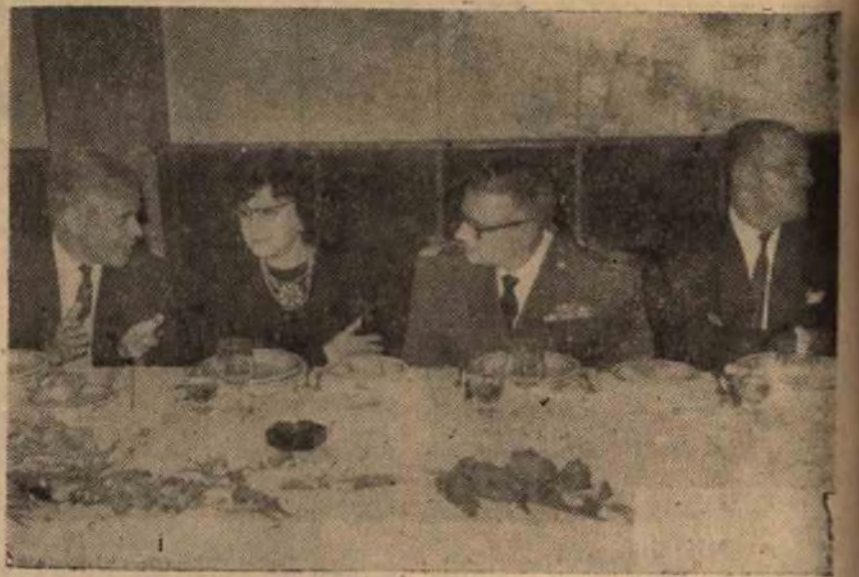
Ao expediente foram ainda lidos numerosos telegramas e mensagens de saudação enviados por personalidades impedidas de comparecer ao acto. Foi particularmente aplaudida a mensagem dos professores Ruy Luiz Gomes e José Morgado afirmando a sua certeza na libertação de Portugal. Entre as individualidades políticas brasileiras que se associaram às comemorações contou-se também o presidente do diretório da União Democrática Nacional (UDN), dr. Roberto de Abreu Sodré. Os democratas portugueses Julio Duarte, Alamiro de Andrade, Gonçalves Paratudo e Marcel Almeida enviaram saudações particularmente expressivas, bem como o grupo "Portugal em Sud América", de Montevideu.

O DISCURSO DO ENG. RICCA GONÇALVES

O último orador da grande jornada de confraternização foi o presidente do Centro Republicano Português, eng. Ricca Gonçalves.

Depois de saudar as personalidades presentes e de agradecer aos oradores que o haviam precedido as suas palavras de confiança no povo português, principiou por afirmar: "Viemos aqui comemorar a revolução que há 54 anos, conseguiu proclamar a República em Portugal. Em 5 de Outubro de 1910 logrou o povo de Lisboa o que não obtivera o povo do Pôrto na arrancada sangrenta de 31 de janeiro de 1891.

O 31 de Janeiro demonstra bem o carácter nacional do anseio de demolir uma monarquia obsoleta transformada em capa de privilégios com



Da esquerda para a direita: Eng. Ricca Gonçalves, escritora Helena Silveira, Coronel Geraldo Paglia e o sr. Jorge Rodrigues de Melo, representante do Sindicato dos Jornalistas.

que tentava esconder a própria prodridão.

O 5 de Outubro inscreve-se assim entre os acontecimentos que se situam no sentido geral e necessário da História como manifestação da consciencialização crescente das massas e do seu espírito de luta por direitos que o próprio correr da História coloca, cada dia mais claramente, diante dos seus olhos. E a clara situação do 5 de Outubro no real sentido histórico que lhe confere o alto significado que anualmente comemoramos. E queremos crer também ser essa mesma situação inequívoca que levou o governo da ditadura a riscá-lo da lista dos feriados nacionais.

Não pretendo, porém, falar-vos esta noite sobre a história de um acontecimento cujas causas, evolução e resultados estão ainda por estudar em resultado das próprias condições de restrição à liberdade de opinião e de expressão em Portugal.

Prosseguindo, disse: "Pesa hoje sobre a nossa Pátria uma terrível ameaça que pode ter consequências tão ou mais desastrosas que a nossa decadência do século XVI que levou Portugal à perda da independência em 1580.

Essa ameaça é constituída pelo despovoamento do País devido à emigração em massa para os principais centros de produção da Europa e pelo desgaste humano e económico causado pela guerra colonial.

Retrocédamos alguns anos para melhor compreendermos como Portugal chegou a este estado de coisas.

Antes da vitória das democracias sobre os países do Eixo, não era ainda costume esconder dos auditórios nacionais e internacionais a oposição do regime português aos sistemas democráticos de governo.

O governo que a si próprio se intitulava anti-liberal, anti-democrático e totalitário foi tomado de pânico no dia em que a derrota do Eixo se transformou em fato consumado. Por falta de experiência política da oposição, esse pânico foi de curta duração e não foi devidamente explorado. Passado ele tratou o governo, tapa aqui, remenda acolá, de se adaptar ao novo estilo do Mundo Ocidental.

Não mais nos declaramos anti-democráticos nem totalitários; o Secretariado da Propaganda Nacional passou a Secretariado Nacional da Informação para esconder sua filiação no tristemente celebre ministério do Dr. Goebels; as colónias constituintes de tão orgulhoso Império passaram a ser modestamente designadas por Províncias Ultramarinas; os livros escolares deixaram de referir a proximidade ideológica do Regime com relação ao Fascismo Italiano e ao Nazismo alemão.

Só que, por detrás da máscara, os homens são bem os mesmos: totalitários, anti-democráticos e colonialistas. E justamente porque o são, mantiveram o País, deliberadamente, em tal atraso intelectual e económico que a nossa sobrevivência como Nação livre tem de ser hoje a primeira preocupação de todos nós.

Deliberadamente, sim. Porque, segundo a doutrina oficial, ler, escrever e contar era mais do que suficiente para a imensa maioria dos portugueses, foram fechadas as escolas normais primárias e entregues as crianças em idade escolar a indivíduos apenas e mal alfabetizados. Deste modo se reduziu alguma coisa no analfabetismo das estatísticas e se evitou maior e melhor esclarecimento da opinião.

A Lei do Condicionamento Industrial com que o Ministro Ferreira Dias pretendeu introduzir em Portugal um esboço de planeamento industrial, foi deturpada e sabotada em outras mãos para servir de entrave à industrialização e à expansão económica portuguesa.

Só com um País esfoameado e ignorante estariam suficientemente garantidos os dois pilares de apoio do governo: o domínio absoluto do Poder e a obediência cega do povo.

Exceptuada a alteração referida na terminologia política, os anos do após guerra não viram a mínima alteração na filosofia dos governantes.

50.000 EMIGRANTES POR ANO

Mais adiante, expôs o eng. Ricca Gonçalves o que se passava, entretanto, no resto da Europa, que não perdera tempo a recuperar-se dos estragos da guerra. Depois de uma referência às circunstâncias em que se formou o Mercado Comum Europeu e aos seus efeitos, o orador, continuando, disse:

"É natural que, nestas condições, o centro de atracção da emigração portuguesa se tenha deslocado do Brasil para os centros produtores da Europa e isto apesar da produção industrial do Estado de São Paulo ser, PER CAPITA, dez vezes superior à portuguesa.

Afastando-se pois do Brasil, onde vinha, em vagas sucessivas alimentar o carácter tão lusitano destas terras e destas gentes, vai agora o emigrante português dar a sua energia e capacidade de trabalho a países de língua e costumes estranhos onde a sua personalidade não pode deixar de se esbater.

São 50.000 por ano segundo as autoridades portuguesas que não nos dizem se contam ou não os 70% de clandestinos que a imprensa francesa assinala em Paris. A emigração para o Brasil que a junta de emigração nacional em níveis relativamente baixos pela exigência da carta de chamada e das provas de alfabetização e de saúde, foi, de fato, substituída pela emigração para França e Alemanha com uma maioria de emigrantes clandestinos que encontram na proximidade e na via terrestre as facilidades que o Atlântico excluía.

Assim foge a parte mais valiosa do nosso capital humano cujo nível intelectual médio já se achava fortemente aviltado pela sinistra teoria do "ler, escrever e contar ser mais que suficiente para a imensa maioria do povo português". Juntamente à emigração o desfalque demográfico causado pela guerra colonial e teremos uma ideia das dificuldades imensas que esperam aqueles que se vão empenhar na recuperação de Portugal como Nação livre, próspera e independente.

Nós acreditamos porém que um futuro Governo Democrático criará as condições sociais e económicas para atrair à Pátria essas centenas de milhares de trabalhadores que fugiram da tirania e dos salários de sete escudos por dia. Mas nós sabemos também que mudança de Governo não significa o milagre do bem estar imediato para todos os portugueses porque não existe em Portugal riqueza para repartir.

Sabemos que há que usar os métodos que levem o mais rapidamente possível à criação dessa riqueza que só um entusiasmo coletivo todo voltado para a elevação geral dos níveis de produtividade poderá concretizar.

E concluiu:

"Acreditamos também que só um Governo baseado na Unidade de Acção de todas as correntes democráticas portuguesas, por mais divergentes que possam ser os respectivos fundamentos doutrinaários, poderá promover rapidamente:

Pela imediata democratização do ensino de todos os graus, a preparação dos técnicos que tornarão possível um grau elevado de produtividade industrial e agrícola, esta última indispensável à melhoria imediata do nível alimentar da nossa gente, a formação de cientistas e pen-

(Continua na pag. 6)

Resoluções da III Conferência da F. P. L. N.

No mês de Outubro de 1964 realizou-se a III Conferência da F.P.L.N., com a participação de uma forte representação dos organismos de direcção central do movimento no interior, de vários partidos e correntes de opinião política, da quase totalidade dos membros permanentes da Conferência e ainda de outros destacados militantes anti-fascistas, tanto do interior como do exterior.

A Conferência, que fôra especialmente convocada para resolver problemas de direcção e orientação do movimento unitário da F.P.L.N. e teve um carácter essencialmente político, procedeu também, dentro de um espírito de fraterna cooperação, à apreciação das perspectivas favoráveis da luta anti-fascista do povo português, reiterou a definição dos objectivos políticos do movimento e tomou importantes decisões destinadas a fortalecer a estrutura orgânica da F.P.L.N. e a incrementar o processo revolucionário democrático e nacional que derrubará o fascismo português e instaurará a democracia em Portugal.

A III Conferência fez um balanço da actividade política desenvolvida pela F.P.L.N. desde a II Conferência, tendo no interior como no exterior, sendo verificado os progressos realizados pela F.P.L.N., que é hoje o movimento unitário anti-fascista português, a Conferência insistiu na necessidade de uma maior unidade de acção de todas as forças anti-fascistas para melhor combater o inimigo comum.

F.P.L.N. E OS SEUS OBJECTIVOS

A F.P.L.N. é uma organização unitária anti-fascista e anti-colonialista. A F.P.L.N. luta pela liberdade do povo e pela independência da Pátria.

A F.P.L.N. não é um partido político, mas uma aliança de combate, sem limites fixos definitivamente estabelecidos, de partidos, grupos políticos e militantes democratas que lutam pela libertação nacional, contra a repressão, a miséria, o obscurantismo e o terror policial e que, sem prejuízo da acção unitária, podem continuar a desenvolver a sua actividade independente.

A F.P.L.N. esforçar-se-á por desenvolver as mais diversas formas de cooperação com forças anti-fascistas e com democratas nela não integrantes.

A F.P.L.N. propõe-se destruir a máquina do Estado Fascista, assegurar as liberdades fundamentais dos cidadãos e construir um Estado democrático que transforme Portugal num país de indústria avançada e nacional, reforme a estrutura agrária; promova o aproveitamento das riquezas nacionais em benefício das mais vastas camadas da população; proteja os interesses económicos e sociais das classes trabalhadoras e das classes médias; realize uma ampla política democrática de assistência médica e de seguros sociais; extinga o analfabetismo, difunda e democratize a instrução e a cultura; adopte uma política externa de cooperação com todos os povos e de não alinhamento em blocos; reconheça o direito à autodeterminação e à independência dos povos das colónias portuguesas.

A F.P.L.N. insiste em que os empréstimos externos contraídos pelo governo fascista para conduzir a guerra colonial não obriguem o novo português ao seu futuro pagamento.

A F.P.L.N. propõe-se reconquistar o exercício da soberania popular. Após o varrido o poder fascista da terra portuguesa, promoveu a formação de um Governo Democrático Provisório, representativo das forças anti-fascistas portuguesas, o qual dará

imediatamente execução aos objectivos políticos da F.P.L.N. e organizará a curto prazo eleições livres, por sufrágio universal, igual, directo e secreto, para uma Assembléa Constituinte.

A F.P.L.N. E O PROBLEMA COLONIAL

A F.P.L.N. reconheceu o direito dos povos das colónias portuguesas à auto-determinação e à independência.

A F.P.L.N. reafirmou que o povo português e os povos das colónias portuguesas são solidários e aliados na luta contra o fascismo e o colonialismo.

A Conferência considerou a necessidade de intensificar a luta do povo português contra a política colonialista do governo de Salazar, as acções de Resistência e as revoltas dos militares contra a guerra colonial, as deserções, as acções ofensivas contra a máquina de guerra colonial, a propaganda e a agitação anti-colonialistas.

A Conferência salientou também a importância das lutas contra as incidências económicas da política colonialista de Salazar, tais como a maior exploração dos trabalhadores, o agravamento do custo de vida, o aumento dos impostos, o recurso ao capital estrangeiro numa escala, por formas e com finalidades que atingem e comprometem gravemente a independência nacional.

A Conferência considerou a necessidade de criar organismos unitários, civis e militares, nas colónias portuguesas, visando à intensificação da actividade anti-fascista e anti-colonialista dos militantes democratas e dos elementos revolucionários das forças armadas nos territórios coloniais.

A Conferência regista e aprova contactos já realizados com os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas e insiste na necessidade de tornar esses contactos mais estreitos e de adoptar formas de cooperação e ajuda mútua mais eficientes entre os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas e a F.P.L.N.

A Conferência definiu uma orientação de rigorosa não ingerência nos assuntos internos do Movimento Nacional Libertador dos povos das colónias portuguesas.

A Conferência denunciou e condenou severamente os actos criminosos de repressão, tais como: torturas, campos de concentração, prisões em massa, destruições, acções de genocídio contra as populações coloniais.

PERSPECTIVAS REVOLUCIONARIAS E FORMAS DE LUTA

A Conferência insistiu em que a insurreição popular armada é a perspectiva revolucionária que se coloca perante o povo português para se libertar da ditadura fascista.

A Conferência considerou ainda que:

a) A acção insurreccional será levada a cabo principalmente pelas forças anti-fascistas do interior do País, cabendo embora às forças do exterior contribuir e participar na preparação da luta.

b) Dada a intensificação das formas de exploração e opressão da massa pela ditadura fascista, bem como a crescente sujeição dos interesses nacionais à dominação estrangeira, torna-se necessário acelerar o processo revolucionário; mas a insurreição não poderá dar-se nem terá possibilidade de êxito sem uma preparação muito árdua e cuidadosa, sobre a qual se devem concentrar neste momento os nossos esforços; desenvolver as lutas populares, preparar militantes, forjar os meios adequados.

Assim, a F.P.L.N., ao dirigir um apelo a todos os militantes anti-fascistas no sentido de prepararem activamente as condições para a insurreição, previne-os contra esperanças depositadas numa libertação vinda de fora.

A Conferência afirmou a necessidade de impulsionar a acção anti-fascista nos seus múltiplos aspectos. A acção quotidiana da F.P.L.N. desenvolve-se no sentido de promover, impulsionar e alargar as lutas populares dos operários, dos camponeses, dos estudantes, dos militares, das classes médias, em defesa dos seus interesses económicos e políticos fundamentais, contra a opressão fascista, pela liberdade, contra a guerra colonial, em defesa dos direitos da juventude.

Tendo em conta as condições existentes em cada momento e em cada caso, a F.P.L.N. adopta as formas de luta mais diversas: legais e ilegais; pacíficas e violentas. As reclamações, as manifestações, as greves preparam-se e desenvolvem-se na base do trabalho organizado clandestino e do aproveitamento das possibilidades legais e semi-legais de acção. Ao mesmo tempo que se prepara para a luta armada, a F.P.L.N. promove a acção nas organizações legais de massas e não desprezará as possibilidades de mobilização das energias populares em torno das "eleições" fascistas.

A Conferência sublinhou a importância da luta contra a guerra colonial, tanto através da acção política geral, como pela intensificação, quer em Portugal quer nas colónias, da resistência contra a guerra colonial, das deserções e de acções dirigidas directamente contra o aparelho militar da guerra colonial e das que podem partir da iniciativa dos combatentes como sabotagem de armamentos, de transportes e destruição de material militar.

A Conferência, considerando a importância das acções de tipo especial e o atraso registado neste domínio, decidiu tomar medidas adequadas.

No próprio interesse do desenvolvimento do processo insurreccional e da execução de acções especiais integradas no movimento popular, apoiadas pelo povo e estimulando a sua luta, a F.P.L.N. pronuncia-se contra todos os actos que pelas suas características ou pelas circunstâncias que os rodeiem provoquem desorientação política, pronunciando-se claramente contra o uso de métodos de terrorismo (individual ou colectivo), bem como contra a destruição de estruturas económicas do país.

JUNTA REVOLUCIONÁRIA PORTUGUESA

A III Conferência lamentou que o senhor general Humberto Delgado não tenha desejado participar nos seus trabalhos. Apesar de o sr. general Humberto Delgado já não ser o Presidente da Junta Revolucionária Portuguesa entendeu que continuam a ser possíveis formas de cooperação da F.P.L.N. com o sr. general Humberto Delgado. Da sua parte, fará o possível para efetivá-las. O facto de alguns grupos políticos e personalidades, por razões diversas, não desejarem enquadrar-se na organização unitária da F.P.L.N. não participam dos seus organismos dirigentes segundo os princípios da F.P.L.N. não impede formas de unidade de acção. No momento em que se abrem largas perspectivas para o desenvolvimento da luta política e da acção revolucionária das forças anti-fascistas portuguesas, no momento em que a solidariedade internacional atinge um nível nunca anteriormente alcançado, é um dever ineludível de todos os anti-fascistas portugueses pôrem no centro das suas preocupações e esforços a unidade e a acção contra o inimigo: o governo fascista que há trinta e oito anos tiraniza o povo português.

Com o fim de assegurar uma maior eficiência do trabalho directivo, a Conferência decidiu criar os seguintes departamentos da JRP: Actividade diplomática, propaganda, militar, relações com o interior, nucleos de emigração, solidariedade internacional.

A Conferência atribuiu à JRP a faculdade de agregar a si de 1 a 3 novos membros, e a título provisório, com a aprovação da maioria dos membros permanentes da Conferência.

A Conferência tomou conhecimento da formação do Comité de Militares Revolucionários integrado na F.P.L.N. e saudou essa iniciativa como um importante passo para o desenvolvimento da luta revolucionária em Portugal.

A Conferência decidiu não designar na situação presente um presidente para a JRP.

ORGANIZAÇÃO E DIRECÇÃO NO INTERIOR

Para o melhoramento do trabalho directivo e de toda a actividade da F.P.L.N. no interior a Conferência considerou como tarefas fundamentais:

- criar uma direcção central estável, representativa e eficiente;
- reforçar os organismos de direcção regional e de sectores e melhorar a coordenação da sua actividade;
- criar um aparelho técnico de agitação e propaganda e melhorar as suas publicações.

Sempre que possível, a escolha dos militantes responsáveis deve conciliar-se com um princípio de representação nos organismos directivos da F.P.L.N. de partidos, agrupamentos e tendências participantes no movimento unitário.

A Conferência registou com satisfação os progressos na Organização das JAPs no interior e sublinhou a necessidade de prosseguir o esforço para a sua consolidação e alargamento, sublinhando ao mesmo tempo a importância da criação de outras formas de organização unitária e de enlace com grupos políticos não representados na F.P.L.N.

A Conferência reafirmou igualmente a vantagem da unificação orgânica ascendente das JAPs já criadas sem prejuízo do esforço de estruturação por iniciativa dos organismos responsáveis com vista a assegurar a sua orientação política pelos órgãos de direcção da F.P.L.N.

A Conferência pronunciou-se pela criação das JAPs não como instrumentos de recrutamento de massas, mas como organismos políticos de constituição limitada, voltados para a luta popular nos seus múltiplos aspectos. Poderão ser também órgãos de execução de tarefas políticas ou técnicas precisas no quadro das actividades da F.P.L.N.

São de manter separados da organização nas forças armadas os organismos destinados à execução de acções de tipo especial, sem prejuízo do eventual recrutamento de militares para estes últimos organismos.

Os processos democráticos de funcionamento das JAPs devem conjugar-se com a observância de métodos de trabalho que assegurem a defesa das JAPs contra a repressão.

CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ORGANISMOS DE DIRECÇÃO

Os organismos de direcção central da F.P.L.N. são:

- a Conferência da F.P.L.N.
 - a Junta Central e o Executivo da Junta Central (no interior)
 - a Junta Revolucionária Portuguesa (com sede no estrangeiro)
- Os organismos de direcção da F.P.L.N. podem ser compostos por:
- representantes das organizações aderentes à F.P.L.N.;
 - representantes das organizações que cooperam com a F.P.L.N.;
 - anti-fascistas não enquadrados em agrupamento políticos.

A) A CONFERÊNCIA

A Conferência da F.P.L.N. é o órgão supremo de direcção política da Frente e pode decidir de todas as questões relativas à orientação do movimento.

A Conferência da F.P.L.N. é composta por:

- os membros efectivos (ou permanentes) designados nominalmente pela Conferência;
- os membros dos organismos políticos e executivos da direcção central do interior e os membros da Junta Revolucionária Portuguesa, uns e outros considerados membros efectivos;

c) delegados de organizações de diversos sectores da F.P.L.N. no interior, designadamente militares e juvenis.

Só os membros referidos nas alíneas a) e b) têm por direito voto deliberativo e podem intervir por direito na designação de novos membros efectivos e na discussão de problemas que a Conferência decida tratar em âmbito mais restricto. Pode a Conferência atribuir voto deliberativo a delegados referidos na alínea c).

Os partidos ou agrupamentos políticos representados na Conferência podem propor a substituição, para as reuniões desta, de um dos seus representantes.

Podem ser convidados para as reuniões da Conferência como observadores, representantes de agrupamentos políticos ou personalidades que não fazem parte dos organismos da F.P.L.N. A própria Conferência poderá atribuir aos convidados voto deliberativo.

A Conferência é convocada:

a) por decisão da J.R.P., tomada por maioria de dois terços dos seus membros;

b) por proposta apoiada pelo mínimo de dois terços dos membros efectivos da Conferência em exercício.

A J.R.P., à qual cabem a convocação da Conferência e os convites para a mesma, pode criar organismos de carácter técnico para procederem à organização da Conferência.

B) ORGANISMOS DE DIRECÇÃO CENTRAL

A Junta Central dirige superiormente toda a actividade da F.P.L.N. no interior. O Executivo da Junta Central dirige a actividade quotidiana da F.P.L.N. no interior.

A Junta Revolucionária Portuguesa dirige a acção da F.P.L.N. no estrangeiro.

A Junta Revolucionária Portuguesa é designada pela Conferência da F.P.L.N.

A J.R.P. é um organismo colegial, ao qual cabe traçar a orientação geral do seu trabalho e da actividade dos seus departamentos, devendo entretanto cada um destes ter larga margem de iniciativa dentro da orientação geral traçada. Da actividade de cada departamento serão pelo seu responsável dadas contas à J.R.P., que poderá em qualquer momento, dar directivas para um melhoramento do trabalho.

A J.R.P. deve procurar sempre o acordo e soluções comuns. Todavia, as suas decisões podem ser tomadas por maioria simples.

Os membros da J.R.P., que nesta representem partidos ou agrupamentos políticos são propostos e poderão ser substituídos por estes. Se a J.R.P. puzer reserva à idoneidade revolucionária dos membros propostos, deverá colocar a questão ante a direcção dos partidos ou grupos respectivos.

VII NUCLEOS DE EMIGRAÇÃO

A III.ª Conferência da F.P.L.N., criando o departamento "Nucleos de Emigração", considerou que a J.R.P. deve procurar coordenar e incentivar a actividade unitária anti-fascista e anti-colonialista dos diferentes nucleos da emigração portuguesa, respeitando sempre a autonomia orgânica e a diversidade de condições políticas e outras de cada um desses nucleos e dos países onde estão radicados.

A J.R.P. poderá nomear representantes seus em diversos países para tarefas determinadas, a título accidental ou por prazo mais longo de tempo, quando essa representação for necessária para a execução das suas tarefas e procurando sempre não criar dificuldades aos nucleos de emigração.

O Natal do Prêso Político

Mais um ano se aproxima do fim sem que as nossas esperanças se tivessem realizado. O fascismo permanece em nossa Pátria, apesar da luta que lhe move a maioria do nosso povo. E, nos presidios salazaristas, há companheiros que sofrem por terem lutado pela liberdade do povo português. É preciso que eles, na solidão das suas celas, sintam e saibam que por todo o mundo, como em Portugal, existem compatriotas que consideram a solidariedade às vítimas da PIDE como uma das principais tarefas da luta anti-salazarista.

Saldo da campanha anterior	42.000,00
"PORTUGAL DEMOCRATICO"	10.000,00
Manuel Ferreira Moura	10.000,00
A. J.	5.000,00
Lenine Alexandre	10.000,00
Alexandre Pereira	10.000,00
Irene Guedes	10.000,00
Maria da Paz	3.000,00

E que essa solidariedade não é apenas moral.

"PORTUGAL DEMOCRATICO", como nos anos anteriores, inicia neste número uma nova campanha a favor do Prêso político e das suas famílias, esperando que cada um dos seus leitores contribua para o êxito deste apelo, de acordo com as suas possibilidades financeiras e com o pensamento voltado para aqueles companheiros que não poderão participar das festas tradicionais do fim do ano junto dos seus familiares e amigos em liberdade.



Em aspecto da assistência ao jantar de confraternização levado a efeito na Maison Suisse.

Pela amnistia e contra a repressão

SALVEMOS JORGE ARAUJO E MATILDE BENTO!

Entre os presos políticos que melhor simbolizam a coragem e o espírito de luta que presentemente animam a juventude portuguesa contam-se Jorge Araujo e sua mulher Matilde Bento. Pelo seu comportamento admirável ambos são dignos do carinho que o povo lhes dedica.

No momento em que sofrem os horrores do cativeiro fascista, cabe recordar os seus nomes, apontando-os como exemplo. Jorge Araujo foi preso pela ultima vez — a 4.a — em maio de 63, no Porto. Sua esposa acompanhou-o no infortunio. Frustrada uma tentativa de fuga, a sua atitude no Tribunal Plenário do Porto exasperou de tal maneira a PIDE que se registrou o facto pouco comum de, em plena sala, os esbirros policiaes agredirem o réu. Violentamente espancado, Jorge Araujo nem por isso se calou e enquanto o arrastavam prosseguiu na denuncia e acusação do fascismo salazarista. O seu comportamento nas prisões anteriores foi, aliás, sempre de um estoicismo admirável, podendo ser apresentado como exemplo. Da primeira vez, esteve três meses em completo isolamento e foi submetido várias vezes à tortura. Mas nunca a sua boca se abriu, a não ser para acusar os carrascos do povo português.

JULIETA GANDARA: "PRISIONEIRA DO ANO!"

A organização "Amnesty International" resolveu escolher a patriota portuguesa Julieta Gandara, actualmente encarcerada pela PIDE, como PRISIONEIRA DO ANO DE 1965. Essa decisão foi largamente comentada pela imprensa europeia. Em Inglaterra, onde a Amnesty desenvolve grande actividade, a noticia trouxe o problema politico português ao primeiro plano da actualidade. Tanto o "Times" de Londres, como o "Guardian" de Manchester, dedicaram extensos comentários ao assunto referindo as circunstancias em que a dra. Julieta Gandara foi presa em 1959 quando exercia a sua profissão de médica em Angola.

Recorda-se que um patriota angolano, o dr. Agostinho Neto, hoje presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola, foi escolhido em 1961 pelo "Amnesty" para Prisioneiro do Ano, quando se encontrava detido em Portugal.

Ajuda a Portugal Democrático

Portugueses democratas residentes em França acabam de iniciar uma campanha a favor do nosso jornal que muito nos sensibiliza. Entendem e bem os nossos compatriotas daquele País que a melhor forma de nos auxiliarem, correspondendo aos nossos repetidos apelos, seria a recolha directa de donativos extraordinários através de listas que circulariam nos meios onde é maior a densidade da emigração portuguesa. A campanha, que tem além do mais o mérito de contribuir para a expansão de "Portugal Democrático", aumentando o numero dos seus leitores foi muito bem recebida.

Publicamos abaixo a lista dos primeiros donativos:

	Franco	antigos
Ferreira Rato	1.000	
Antonio	1.000	
Pro Patria	1.000	
Santos	1.000	
Manuel	1.000	
Ferreira	1.000	
Flor do Bom Jim	1.000	
Gervásio	2.500	
Domingos	2.500	
Manuel Augusto	1.500	
Sorraia	500	
Progresso	500	
Boavista	3.500	

TOTAL 18.000

Os quatro ultimos donativos foram obtidos através do sr. Fernando Maria Domingos.

"Portugal Democrático", ao manifestar o seu reconhecimento aos democratas portugueses de Paris, espera que a iniciativa seja levada a efeito em outros países onde há importantes nucleos portugueses. Só com a ajuda dos amigos que conta fóra do Brasil, "Portugal Democrático" terá possibilidade de sobreviver. Efectivamente, em consequência do processo inflacionário brasileiro, os aumentos de despesa são continuos sem que haja um acrescimo correspondente nas receitas.

SOLIDARIEDADE A MARIA DA PIEDADE SANTOS

A noticia da libertação de Maria da Piedade Gomes dos Santos teve a mais ampla repercussão internacional, sendo jubilosamente recebida em dezenas de países que vinham participando da campanha que visava a salvá-la das garras da PIDE.

Já depois de restituída à liberdade aquela patriota, chegaram à nossa redacção cópias de numerosos apelos e protestos enviados às autoridades fascistas portuguesas. Na Venezuela, o movimento a favor de Maria da Piedade, orientado pela Junta Patriótica Portuguesa de Caracas, alcançou particular amplitude, como se depreende do balanço apresentado pelo ultimo numero do jornal "O Emigrante Democrático" que transcreve alguns dos principais pronunciamentos referentes ao caso. No Canadá não foi menor a mobilização de vontades a favor daquela heróica patriota.

Para darmos uma ideia dessas iniciativas, transcrevemos abaixo o protesto enviado a 10 de setembro, ao ministro da Justiça de Salazar por centenas de cidadãos de Montreal:

Os Açores, Novo Tarrafal?

LISBOA (Do Correspondente) — Só o clamor mundial que se levantou em torno da situação dos presos de Peniche impediu Salazar de proceder à imediata deportação dos patriotas que se rebelaram no sinistro presídio contra o regime carcerário medieval a que vinham sendo submetidos. A hipótese da "transferência" de alguns para o Tarrafal ainda chegou a ser discutida entre o ditador e a PIDE, mas foi abandonada, pois o célebre Campo da Morte Lenta carga consigo uma legenda negra que suscita o horror da opinião pública mundial. Seria, contudo, um erro imaginar que o governo fascista desistiu da vingança que havia planejado. A mudança de Peniche para



Joaquim Pires Jorge, um dos patriotas ameaçados de deportação para os Açores.

Caxias dos dez patriotas mais destacados que haviam dirigido o movimento dos presos foi um ensaio destinado a estudar as reacções da opinião pública tanto nacional como estrangeira. A espontaneidade e as proporções da onda de solidariedade que se seguiu a esse novo gesto duplice de Salazar levaram-no a adiar novamente a execução dos seus planos. Mas o segredo já transpirou. O que o carrasco do povo português pretende é, nada mais nada menos, instalar nos Açores um campo de concentração onde, longe da fiscalização da opinião pública, os esbirros da PIDE possam facilmente aniquilar os patriotas que mais se distinguem na luta pela libertação do povo português.

Mais do que nunca é, portanto, necessário persistir na campanha PELA AMNISTIA E CONTRA A REPRESSÃO! Salazar teme a força da solidariedade internacional. É pois imprescindível que a corrente magnífica de apoio moral aos patriotas encarcerados nos presídios fascistas se mantenha e avolume. A palavra de ordem que corre Portugal e daqui irradia para o estrangeiro é agora NENHUM PRESO PARA OS AÇORES!

Tanto Salazar como o ministro do Interior continuam recebendo centenas de cartas exigindo a libertação imediata dos dez heróis transferidos

"Os abaixo assinados, cidadãos de várias nacionalidades e de diferentes credos politicos, todos residentes na cidade de Montreal, Canadá, vem por este meio protestar vivamente contra a detenção ilegal e desumana de que é vítima a sra. D. Maria da Piedade Gomes dos Santos, natural da Marinha Grande, desumanidade da qual são também alvo muitos outros cidadãos portugueses, cujo crime é o de pensarem de modo diferente do daqueles que detêm nas suas mãos o governo de Portugal. Porque essas detenções, e os maus tratos a que são sujeitos os detidos politicos estão na mais absoluta contradição com a ideologia cristã que dizem professar os detentores do poder absoluto num País que se rotula de católico e de progressivo, exigimos que, exactamente em nome desses principios, aquela senhora, e as demais vítimas da P.I.D.E. e duma intolerância brutal, sejam libertadas no mais curto lapso de tempo. Só assim se reparará, em parte, uma das muitas e graves faltas da ditadura de Salazar, que tão mal tem colocado perante todo o mundo o nome de Portugal".

de Peniche para Caxias: PIRES JORGE, BLANQUI TEIXEIRA, AMÉRICO DE SOUSA, OCTAVIO PATO, CARLOS COSTA, ABOIM INGLÉS, JOSE MAGRO, LINDIM RAMOS, GUILHERME DE CARVALHO, JULIO MARTINS e JOÃO HONRADO.

PIORA A SITUAÇÃO DOS PRESOS

Embora a PIDE tenha montado um dispositivo de vigilância que dificulta extraordinariamente a obtenção de noticias sobre o que se passa com aquêles patriotas, sabe-se que alguns deles se encontram gravemente doentes. O estado de Pires Jorge, por exemplo, inspira sérias preocupações, mas a PIDE recusa-se a autorizar o internamento hospitalar cuja necessidade é reconhecida pelo próprio médico do presídio.

Em Peniche, por outro lado, o clima de terror mantém-se. O famigerado capitão Manuel da Encarnação Falcão e o seu chefe dos guardas, V. Ramos, intensificaram os maus tratos e vexames infligidos aos 100 presos encarcerados na Fortaleza. A tortura continua a ser prática comum, mantendo-se os "segredos" em funcionamento permanente. Para agravar o isolamento dos presos até os relógios lhes foram tirados. Quanto às vistas, jornais e correspondência, são continuamente suspensas. Adolfo Ramos, Diogo Velez e Carlos de Brito foram, em julho, brutalmente espancados. Com o último, os guardas fizeram a encenação de um "fuzilamento", chegando ao requinte de ferocidade de lhe encostarem uma metralhadora ao corpo, depois de o agredirem.

5 de Outubro...

(Continuação da pág. 4)

sadores que nos permitam acompanhar o progresso das outras nações e colaborar no enriquecimento do patrimônio cultural da Humanidade e, finalmente, a criação dum professorado capaz de divulgar a mentalidade da produtividade social entre as crianças das escolas para que cedo aprendam que toda a coletividade vive de acordo com o nível da sua produção.

Pela racionalização e planeamento das nossas actividades a criação rápida dum bem estar geral suficiente para atrair os nossos compatriotas escorregados pela miséria. Criação de riqueza intelectual e material deve ser a obsessão permanente dos governantes que vão suceder à ditadura. Riqueza intelectual pela democratização do ensino; riqueza material por uma produtividade elevada e orientada democraticamente.

Unamo-nos em torno destes principios, unicos que podem salvar a Pátria distante e querida da miséria, do abandono e da conquista.

Não, decididamente, nós não queremos que Portugal seja apenas um quintal de rendimento e um jardim de prazer para estrangeiros ricos que nos façam viver de gorjetas.

Vamos pois marchar unidos primeiro para a vitória mais facil, derrubar a ditadura, depois para a mais difficil, colocar Portugal ao nível das Nações mais avançadas do Mundo de hoje".

Accções Populares

LISBOA (Do Correspondente) —

Nos ultimos meses, apesar da vaga de repressão que se seguiu às manifestações do 1.º de Maio, intensificaram-se de modo sensível em todo o País as accções populares dirigidas contra o fascismo. A luta, na maior parte dos casos, trava-se no plano reivindicativo, mas nem por isso os golpes vibrados no regime são menos importantes, até porque as vitórias alcançadas pela classe operária refletem um avanço da organização e um indiscutível fortalecimento da unidade.

Na CUF tem sido permanente a luta travada contra a "linha dura" patronal que se traduz na redução a 50% da verba anualmente destinada a promoções do pessoal. Numa assembléia tumultuosa, Jorge de Mello, actual testa de ferro dos monopólios estrangeiros a que se encontra ligado o conjunto de empresas que dirige, encerrou a discussão sobre "promoções" aos gritos e dando murros na mesa. A reacção do pessoal traduziu-se numa campanha de "cêra" no trabalho que já principiou a dar resultados, exasperando os directores. A redução da produção no sector textil é reconhecida pelo próprio Boletim do monopólio que responsabiliza o pessoal. O espirito de luta dos operários é, entretanto, magnifico, não obstante a direcção, desesperada, haver suprimido os "prémios" substituindo-os pelo chamado "sistema do mérito". A baixa da produção chega a atingir mais de quatro toneladas por dia só no sector textil. Os operários exigem um aumento geral de 10 escudos, o pagamento do 7.º dia e salário igual para trabalho igual.

Também os operários textéis do Porto vêm intensificando a luta que travam para a satisfação das principais reivindicações da classe. Uma primeira vitória já foi obtida com a autorização para realizarem as suas reuniões no Sindicato. Os dirigentes deste, logo na primeira reunião, prontificaram-se a acompanhar uma comissão ao delegado do Instituto Nacional do Trabalho, o qual, por sua vez, se declarou disposto a defender em Lisboa a reclamação de aumento salarial para a classe.

Na CAVAN, após longa luta, os operários obtiveram um aumento geral de 3 escudos.

Em ALCANENA, os operários de cortumes vêm exigindo a imediata e integral applicação do novo contrato colectivo de trabalho. Na ultima assembléia realizada para discussão do assunto participaram 300 operários e foi decidido recorrer-se à "cêra" caso a exigencia feita não seja atendida.

Na Fabrica de Papel do TOJAL, o pessoal exige aumento de 10 escudos por dia e o estabelecimento do regime de quatro turnos em vez dos três actuais. Mais de 100 operários apresentaram-se já por duas vezes à gerência, protestando contra o não atendimento das suas reivindicações. Se a intransigência dos patrões prosseguir, a produção será reduzida como forma de pressão.

SOLDADOS CONTRA GUERRA COLONIAL

LISBOA (Do Correspondente) — As manifestações de descontentamento e revolta contra a guerra colonial são cada vez mais numerosas, alcançando uma amplitude que desorienta e desespera as autoridades fascistas.

Eis um quadro resumido nas ultimas accções verificadas: no FORTE DA TRAFARIA encontram-se presos 60 soldados e marinheiros. Protestando contra as condições desumanas do regime prisional, organizaram recentemente uma manifestação colectiva, à qual se seguiu uma onda de violencias dos guardas.

Em BELEM, os soldados da Administração Militar apresentaram-se perante o comandante, exigindo imediata desmobilização, pois já haviam terminado o tempo regulamentar de serviço militar. Em face da resposta negativa que obtiveram, dirigiram-se ao Quartel General onde repetiram a exigencia. O Ministerio da Guerra, alarmado, deu ordens para que fossem desmobilizados.

No BATALHÃO DE TELEGRAFISTAS todo o mês de julho se caracterizou por uma intensa agitação. No dia 7, apareceram colados nas paredes do quartel dezenas de prospectos contra a guerra colonial.

No C.A.C.A., em CASCAIS reina um clima de permanente tensão, tendo-se registado há semanas um levantamento de rancho.

No Destacamento da PONTINHA a

Operários e empregados da SOCIEDADE ESTORIL organizam-se para pôr fim às multas ao pessoal que vão desde 5 escudos a três dias de trabalho. Por outro lado, há revisores e maquinistas que são obrigados, por vezes, a trabalhar 16 horas consecutivas.

Na Trefilaria, os operários reclamam aumento de 10 escudos, estando dispostos a ir até à paralização do trabalho na luta travada pela satisfação das suas reivindicações.

Grande vitória foi a que alcançaram recentemente os tipógrafos do "Diário Popular" ao realizarem uma greve por não estarem recebendo de acordo com o novo contrato colectivo. As pressões conjuntas da direcção e da administração revelaram-se inúteis. A greve terminou no mesmo dia com a vitória dos tipógrafos. O facto tem sido comentado nas officinas dos principais jornais de Lisboa onde se reconhece que veio abrir novas e excelentes perspectivas à luta de todos os gráficos portugueses.

Na EFA-ACEC, no dia 17 de Junho, houve uma paralização de dois minutos, em comemoração da greve de 1958 durante a qual os grevistas foram vítimas de bárbara repressão. O gesto simbólico do pessoal veio demonstrar o alto nível de unidade e organização ali atingido.

O povo de Moscavide em evidencia

Deba demonstração de combatividade de deu recentemente o povo de Moscavide. Na primavera passada, um aventureiro qualquer obteve da Camara Municipal de Loures autorização para montar uma esplanada no jardim local, frequentado diariamente por centenas de crianças, e unico logradouro da população. Os moscavidenses, indignados com a arbitrariedade, até porque o jardim resultou de um legado publico ao povo da terra, organizaram-se e, na véspera da inauguração da esplanada, arrancaram a instalação electrica e derrubaram todas as construções ali efectuadas. Mais de 100 populares participaram nessa accção, enquanto muitos outros percorriam a povoação recolhendo assinaturas e fazendo telefonemas de protesto para os jornais e para as autoridades.

O proprietário da esplanada e os seus protectores não desistiram apesar de tudo de levar avante a inauguração. No dia seguinte, 20 de Junho, milhares de populares concentraram-se, porem, no local e receberam com uma vaia impressionante o presidente da Camara de Loures quando este chegou. Ante as proporções do acontecimento, aquela autoridade foi forçada a ouvir os protestos moscavidenses e a dar ordem aos bombeiros para procederem à imediata remoção da esplanada.

Está, portanto, de parabens o povo de Moscavide. A muita gente poderá parecer ridicula a movimentação popular em torno de um problema aparentemente insignificante. O que conta, porem, é a admirável demonstração de unidade dos moscavidenses — unidade que os levou à vitória.

agitação contra a guerra colonial vem aumentando de proporções. Os soldados comentaram jocosamente o discurso "patrioteiro" do diretor da Arma de Engenharia que ali láza para "levantar o moral da unidade".

Na Escola Pratica de Infantaria, em MAFRA, os officiais milicianos realizaram reuniões de propaganda contra a guerra colonial em quatro casernas, na noite de 16 de junho. Avisados por um espião, os officiais instrutores realizaram uma busca de madrugada, arrombando malas e alvorçoando todo o quartel. Apesar disso, no dia seguinte, dezenas de cadetes liam e comentavam nas ruas da vila prospectos contra a guerra colonial. Durante o juramento de bandeira, realizado poucos dias depois, registrou-se um incidente na parada, com uma companhia que permanecia ao sol há várias horas.

Nos anexos do HOSPITAL MILITAR PRINCIPAL, na Rua de Artilharia I, apareceram em julho dezenas de prospectos desmascarando a visita de Americo Tomaz. O caso foi o assunto do dia para cerca de meio milhar de militares que ali se achavam internados, todos eles vindos das colonias. Quando o director do Hospital, alarmado, visitou as enfermarias, os feridos reclamaram contra as desoladoras condições de higiene sendo atendidos nas suas reivindicações.

ESCOLONIALISMO E ANTI-COLONIALISMO

da SOCIE
n-se para
il que via
de traba
evidores e
ados, por
consecuti
ios recla
los, estan
lização de
da satisfa
e alcança
grafos do
rem uma
bendo de
o colecti
da direc
elaram-se
o mesmo
grafos. O
nas ofici
de Lisboa
abrir no
as à luta
tueses.
7 de Ju
de dois
da greve
grevistas
repressão
soal veis
unidade e

Angola
OPERAÇÕES MILITARES

Nas últimas semanas de setembro e primeira quinzena de outubro foi intensa a actividade dos nacionalistas angolanos que lutam em várias frentes contra as forças colonialistas portuguesas. Nas regiões do Noqui, Luango, Bimbe, Serra dos Dembos e Uige travaram-se combates com o objectivo de ambos os lados, apesar da superioridade do armamento das tropas portuguesas. Na Serra do Uige, os guerrilheiros atacaram uma coluna motorizada fazendo explodir uma das viaturas e apreendendo muito material de guerra. As tropas da unidade atacada ascenderam a um morto e nove feridos.

Os ataques de surpresa ao longo da fronteira Norte mantêm em estado de permanente alerta as guarnições portuguesas que se vêm forçadas a um constante patrulhamento em extensas zonas das regiões de Canassala, Vista Alegre, Ucuia e Beira Baixa. As autoridades portuguesas confessam, por outro lado, que a insegurança é geral em toda a zona dos Dembos, onde as operações de patrulhamento aéreo se revelam totalmente ineficazes. A vigilância das forças navais junto à Foz de Zaire continua também a ser rigorosa, confirmando a opinião dominante em Luanda de que o fortalecimento do MPLA em Cabinda causa grandes preocupações ao estado maior colonialista.

A OPV, NOVA GESTAPO

A sinistra organização dos colonos voluntários, montada pela PIDE, consegue presentemente ser mais detestada em toda a colónia de Angola do que as próprias autoridades fascistas. A simples menção do nome da OPV, as pessoas suspendem as conversas, amovidas, pois a organização não passa de um bando de assassinos que entrega, sob a protecção oficial, aos seus mais abjectos. De acordo com os comunicados vindos a público, a OPV dedica-se a proteger os trabalhos agrícolas dos colonos, a vigiar os caminhos e as fazendas, coadjuvando as Forças Armadas. Na realidade, a missão pacificadora desses voluntários civis consiste em massacrar bárbaramente africanos indefesos, sob os pretextos mais fúteis.

Moçambique
A POSIÇÃO DA FRELIMO

O Boletim Nacional da FRELIMO, publicado em Dar-es-Salaam, no editorial do seu número 11, critica a intervenção dos Estados Unidos no Congo e depois de salientar que as massas africanas sabem o que querem, fixa a posição do movimento nos seguintes termos:

"Todos sabemos que qualquer povo, por mais primitivo que seja, é absolutamente capaz de se governar por si próprio. Os portugueses por exemplo dizem que não podem dar a independência às suas colónias para não criarem outros Congos. Ora quem são os directos responsáveis pela situação no Congo senão os próprios imperialistas? Não foram eles que criaram a secessão do Katanga por causa dos interesses económicos que lá possuem? Quem quando se tratava da divisão do "bolo congolês", os imperialistas belgas e americanos estavam em conflito. Hoje que se trata de combater uma força popular de dar novos destinos mais africanos ao Congo, todos eles estão unidos e então aparece nitidamente o seu chefe de fila — o imperialismo americano. Irmãos, a luta que travamos é séria e difícil. Os acontecimentos dos outros países, particularmente do Congo, devem servir-nos de exemplo. Devemos estar vigilantes contra as manobras imperialistas. Na fase em que nos encontramos em Moçambique, é difícil distinguir os agentes dos nossos inimigos. Como dissemos atrás, o imperialismo pode também servir-se das nossas palavras de ordem para camuflar as suas reais intenções. Os imperialistas podem, hoje, mostrar-se favoráveis à nossa independência nacional: porque, substancialmente eles estão preparando os seus agentes por intermédio dos quais continuarão a explorar e a roubar a nossa Pátria. A nossa consciência destes factos, a nossa vigilância constante, a nossa determinação firme de lutar até ao fim último, são a garantia do nosso sucesso total.

Queremos a independência total e incondicional de Moçambique!
Queremos uma África livre e unida na base das aspirações das massas populares africanas".

Guiné

Durante os meses de setembro e outubro registrou-se na Guiné reduzida actividade militar devido ao mau tempo que este ano tem sido quase permanente desde o início da estação chuvosa. A violência dos temporais transformou extensas regiões da colónia em verdadeiros pantanos e as estradas em lamaçais intransitáveis. A diminuição de numero de choques entre as tropas colonialistas e os patriotas da PAIGC não significa assim um progresso da chamada "pacificação" mas apenas que as condições climáticas vêm impedindo o prosseguimento da luta. Nas zonas libertadas, o PAIGC pôde mesmo entregar-se às tarefas organizativas e da reconstrução económica sem ser praticamente incomodado pelas forças colonialistas. O simples facto de os comunicados oficiais publicados em Bissau não mencionarem o nome de qualquer povoação reconquistada prova à evidência que o "pacificador" Schultz continua a marcar passo na luta contra os patriotas guineenses que, meses atrás, na sua jactância de fascista, pensava vencer facilmente...

PEQUENAS NOTÍCIAS

- Ascende a 46 milhões de marcos a verba que o governo de Bonn se propõe gastar em 1965 na base aérea que está sendo construída em Beja.
- A intervenção da Junta Nacional das Frutas no mercado da batata, comprando aquele tubérculo ao preço de oito e nove tostões o quilo, constituiu uma manobra típica de especulação, contribuindo para aumentar as dificuldades dos produtores.
- Em Grandola causa escândalo a conduta do banqueiro Corte Real, director do Banco Nacional Ultramarino, que paga 4 escudos diários a menores de 10 a 15 anos para trabalharem na sua herdade. A comida que lhes serve nem para animais seria conveniente.
- A CUF está a liquidar apressadamente os seus interesses na Guiné.
- No julgamento do "caso de Beja", o acusador público Lopes Melo lamentou não estar em condições de pedir a pena de morte para os reus. Em agosto, no julgamento dos sete militares acusados de rebelião contra a guerra colonial na Guiné, o promotor Barbosa Bessa quisou-se de que a insuficiência das provas o impedia de pedir a pena de morte.
- Somam 10.607 contos as multas aplicadas à firma Triunfo Limitada, de Luanda, por haver feito transferências de dinheiro extremamente vultosas, em marcos, sem que tivesse feito qualquer importação da Alemanha.
- A imprensa sul-africana desencadeou uma campanha contra o governo de Bonn, acusando-o de contribuir para a subversão dirigida contra Moçambique e a África do Sul. Explicação: a chegada a Dar-es-Salaam de uma missão militar alemã que vai treinar forças militares do Tanganika...
- Importantes grupos económicos da Califórnia vão realizar vultosos investimentos em Portugal, preparando-se, de acordo com o governo fascista para assumir o controle de vários ramos da indústria nacional. A notícia foi divulgada pela Casa de Portugal em Nova York. A venda do País ao estrangeiro prossegue.
- Uma empresa petrolífera francesa com sede em Paris foi autorizada a prospectar jazidas de petróleo em Angola. Mais uma que entra no bolo...
- A entrada do Parque Mayer, em Lisboa, explodiu uma bomba de relógio no dia 5 de outubro. Não houve vítimas.
- O actual correspondente do "New York Times" em Lisboa continua a escrever artigos favoráveis ao fascismo salazarista.

SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

ALEMÃES EM PORTUGAL

"Perto de Beja, a cidade onde se registrou a malograda tentativa insurreccional de 1.º de Janeiro de 1962, o governo português iniciou a construção de grandiosas instalações destinadas a servir de base de treino e apoio para as forças aéreas da Bundeswehr. Declarou-o já oficialmente o embaixador da Alemanha Federal em Lisboa, informando que a iniciativa se integra no acordo assinado a 12 de Junho entre o general Manuel Gomes de Araujo, ministro português da Defesa e o ministro alemão Von Hassel. No quadro da colaboração militar germano-portuguesa foi também mencionada a assistência fornecida por hospitais alemães a soldados portugueses feridos na guerra de guerrilhas que prossegue em Angola e na Guiné (o que, seja dito entre parenteses, sugere outras considerações sobre a eficiência do serviço sanitário militar português); e não é de excluir a possibilidade de se armazenar material militar no campo de Santa Margarida".

(in "Resistenza", Roma, 8 de Agosto de 64).

MOEDA ESTAVEL

"O sr. Salazar, por exemplo, cujo caminho querem seguir, dedicou toda a sua vida a promover a estabi-

lização da moeda portuguesa; e sendo um homem enérgico e persistente, conseguiu alcançar seu objetivo. O valor do escudo em relação ao cruzeiro deve estar servindo para alimentar o orgulho técnico do "premier" português. Mas, terá isso servido ao povo português? Povo esse que continua a emigrar para o Brasil, numa proporção de 15.000 por ano? E que só volta à sua terra, na base de 800 por ano, ou seja, voltam exatamente os que aqui enriqueceram. Que significação tem, para esses 15.000 portugueses, que buscam no Brasil melhores condições de vida, a moeda estável do sr. Salazar? E mais ainda: depois de 30 anos de governo, com moeda estável, Portugal, um pequeno país, de pequeníssima população, mantém o analfabetismo em torno dos 60%. De que serviu a moeda estável?"

(in "Tribuna da Imprensa", Rio de Janeiro, 26-9-64)

A Conferência do Cairo Condenou a Política de Lisboa

CAIRO (Do Correspondente) — Grande parte da declaração final da Conferência das Nações não Comprometidas realizadas nesta capital na primeira quinzena de outubro é dedicada à condenação da política colonial-fascista do governo de Salazar.

"Portugal — acentua-se no documento — continua oprimindo milhões de seres humanos pela repressão, pela perseguição e pela força, em Angola, em Moçambique, na Guiné dita Portuguesa e em outras colónias portuguesas na África e na Ásia, que sofreram durante muito tempo sob o jugo estrangeiro".

"A conferência proclama a determinação de fazer o possível para que os povos desses territórios obtenham a Independência imediatamente, sem condições nem reservas — prossegue a declaração. A conferência condena o governo de Portugal por sua negativa obstinada em reconhecer aos povos desses territórios seu direito inalienável à autodeterminação e à independência, de conformidade com a Carta da ONU. A conferência condena igualmente a negativa de Portugal em aplicar a declaração sobre a outorga da independência aos povos e países coloniais".

"A conferência — diz o documento — em primeiro lugar, pede aos países participantes que deem todo o apoio material, financeiro e militar, aos combatentes da liberdade nos países sob domínio português. Em segundo lugar, estima que convém apoiar o governo revolucionário de Angola no exílio e os movimentos nacionais de luta pela independência das colónias portuguesas e ajudar o escritório especial criado pela OUA no que se refere à aplicação de sanções contra Portugal. Em terceiro lugar, pede a todos os Estados participantes que rompam relações diplomáticas e consulares com o governo português e adotem medidas efetivas para suspender todas as relações comerciais e económicas com Portugal. Em quarto lugar, pede aos países participantes que adotem medidas adequadas para obrigar Portugal a aplicar as decisões da Assembléia Geral das Nações Unidas".

Juventude Feminina Contra Salazar

Durante os trabalhos do Seminário Internacional da Juventude Feminina, realizado em Praga de 5 a 12 de julho, e no qual participaram delegações de 43 países, o problema do fascismo e do colonialismo português foi objeto de debate, sendo expostas ao plenário as condições em que os jovens, tanto em Portugal como nas colónias, lutam contra a opressão salazarista.

Uma das resoluções especiais aprovadas por unanimidade reconhece a legitimidade da luta que o povo de Portugal leva a efeito pela democracia e pelo progresso e exige a liberdade para todos os presos políticos e, bem assim, que cesse a brutal repressão que se abate sobre a juventude. Noutra resolução, o Seminário reafirma a sua solidariedade incondicional aos povos das colónias portuguesas e "conclama todas as moças do mundo a apoiar a luta dos povos e das raparigas de Angola, da Guiné, de Cabo Verde, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe".

Correio dos Leitores

"O TRÁFICO DE PORTUGUESES"

Do sr. Abílio de Sousa Fortes, português residente em Belo Horizonte, recebemos a seguinte carta:
"Senhor Director,
Foi com grande interesse que li a reportagem do "Match" sobre o tráfico de portugueses que "Portugal Democrático" transcreveu em seu último número. Trata-se, a meu ver, de um problema extremamente grave e que não tem sido devidamente ventilado. Ao contrário do que certas pessoas menos conhecedoras do assunto possam supor, não há qualquer exagero do articulista. Os portugueses que hoje emigram clandestinamente para França são reduzidos à condição de gado. Permitto-me a respeito reproduzir uma passagem de reportagem recentemente publicada no jornal italiano "Messaggero" e assinada pelo seu correspondente em Paris, Bruno Romani.

Depois de aludir ao ambiente de miséria reinante nos bairros de lata que rodeiam a capital francesa — habitados por emigrantes recém-chegados — o autor escreve: "O primeiro episódio teve por cenário a estação ferroviária de Paris-Tolbiac adstricta de preferência ao tráfego de mercadorias. Um vagão de gado, fechado e selado, proveniente de Saint Jean Pied de Port, nos Baixos Pirinéus, encontrava-se já há varios dias num desvio da estação. Os documentos da viagem informavam que se tratava de bois gordos destinados ao matadouro de La Villette. Mas do vagão não vinha mugido algum e os empregados da gare surpreendidos com o silencio, decidiram abri-lo sem esperar que o destinatário se apresentasse para levantar a mercadoria.

No interior do vagão achavam-se, deitados sobre palha, 22 indivíduos com barba de cinco dias, de aspecto hirsuto e selvagem. Eram operários portugueses entrados clandestinamente em França".
Essa, senhor director, é realmente a imagem que a Europa guarda dos nossos emigrantes. Por culpa exclusiva do fascismo, como muito bem salienta "Portugal Democrático".

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura

SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel. 43-0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real Sa Torre, 819 - 1.º

CURITIBA: A. Ferrer — Rua João Pessoa, 67

LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio — R. Dr. Flores, 26 — Rio Grande do Sul

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — R. Grande do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, n.º 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia)

INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkensstraat - 13 — Amsterdam - C

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo, n.º 2.128, Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVÁQUIA: João Ribeiro — Postovní Urada — Jindiská, 15 — Schránka 646 — Praha

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo.

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas

sábados: das 15 às 19 horas

Numero avulso: Cr\$ 50,00

Assinatura anual Cr\$ 1.500,00

Ass. p/o Exterior: US\$ 15,00

Ano IX - N.º 88 - Novemb. - 64

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

INSURREIÇÃO EM MOÇAMBIQUE

DAR-ES-SALAAM (Do Corespondente) — Em documento distribuído no Cairo, no dia 11 de Outubro, após a Conferência das Nações não Comprometidas realizada naquela capital, e simultaneamente divulgado nesta cidade, a FRELIMO anuncia "a insurreição geral armada do povo de Moçambique contra o colonialismo português e pela conquista da independência total do país".

COMBATES NA FRONTEIRA

LOURENÇO MARQUES (Do Corespondente) — A notícia do início da insurreição moçambicana, divulgada pela FRELIMO, não causou a menor surpresa na capital desta colónia, pois já há dias se sabia que se travavam combates ao longo da fronteira Norte. A desorientação das autoridades fascistas reflecte-se no próprio desconhecimento do ponto de partida dos atacantes, pois os comunicados oficiais deixam entender que tanto podem ter vindo do Malawi como do Tanganika. Apesar de proclamarem regularmente todas as semanas que estavam preparadas para enfrentar todas as eventualidades, as autoridades foram colhidas completamente de surpresa, o mesmo acontecendo aos altos comandos do Exército e da Força Aérea.

Segundo as primeiras informações aqui chegadas, dois dos comandos da FRELIMO teriam penetrado mais de 300 quilómetros no território moçambicano, encontrando-se presentemente numa região bem arborizada que oferece excelentes condições para uma guerra de guerrilhas. Um grupo de choque nacionalista, em manobra de diversão, teria, de acordo com o plano estabelecido, atacado um arrabalde de Nampula, levando o pânico aos colonos ultra daquela cidade. Por outro lado, vários milhares de camponeses residentes na zona fronteiriça teriam procurado refugio no Tanganika e no Malawi, alarmados com a

perspectiva de uma guerra de longa duração. Repetir-se-ia, assim, o mesmo fenómeno verificado em Angola em 1961.

A população europeia, como é natural, comenta nervosamente os acontecimentos, sendo muito tenso o ambiente. A falta de notícias é criticada por todos, inclusive pelos colonos ultra que se mostram apavorados. Um fato não consegua as autoridades esconder da opinião pública: os primeiros feridos militares já principiaram a chegar aos hospitais da Beira e desta capital. Tudo parece indicar que depois de Angola e da Guiné chegou agora a vez de Moçambique. A guerra colonial deixou de ser um pesadelo temido para se transformar em trágica realidade.

LISBOA, DESMENTINDO CONFIRMA...

LISBOA (Do Corespondente) — A propósito das notícias segundo as quais teria principiado a insurreição armada do povo moçambicano, o Ministério dos Negócios Estrangeiros distribuiu à imprensa no dia 14 de Outubro uma nota oficial que é no momento o assunto do dia. O documento, bastante extenso, tem o visível objectivo de tranquilizar os espiritos, alarmados com o início de uma terceira guerra colonial. Entretanto, os próprios termos da nota, apesar da sua ambiguidade desmentem frontalmente a afirmativa final de que reinam em Moçambique "a ordem e a paz". Em primeiro lugar, o governo reconhece que nada menos de cinco grupos de "terroristas" armados entraram em Moçambique para dar combate às forças militares portuguesas. No intuito de minimizar a importância do início do levantamento do povo moçambicano, acrescentam as autoridades que boa parte desses elementos foram já capturados e que os restantes estão a ser activamente perseguidos. Ninguém acredita, porém, nessas informações, pois sabe-se há muito ao que conduzem os "éxitos militares" do fascismo na Guiné e em Angola.

O Ministério dos Estrangeiros mostra-se especialmente preocupado com o relevo que a imprensa britânica vem dando à luta e desmente que se esteja registando o exodo das populações do Norte da colónia.

A parte final da nota contém uma série de acusações ao governo de Dar-es-Salaam e procura esclarecer o problema da proveniência dos elementos que tão audaciosamente acabam de penetrar em Moçambique, insinuando que a responsabilidade cabe tanto ao Tanganika como ao Malawi.

Despojada da sua retórica, a nota veio contribuir para alarmar ainda mais a opinião pública. Nos quartéis de todo o País o ambiente é de revolta, sendo geral a convicção de que vários milhares de homens serão brevemente embarcados para Moçambique a fim de reforçar os contingentes já ali estacionados e que ascenderão a mais de 20.000 soldados, sargentos e oficiais. O Conselho de Ministros, reunido no dia 21, sob a presidência de Salazar, também emitiu uma nota a respeito dos acontecimentos.

A FUGA DAS POPULAÇÕES

NAIROBI (Associated Press) — Segundo informações de fontes diplomáticas 100 soldados de Zanzibar com seus instrutores foram enviados para a fronteira do Tanganika com Moçambique a fim de reforçar um batalhão de tanganyquenses que já se encontra na região. Essas tropas deslocaram-se para aí após uma invasão de 7.000 refugiados de Moçambique que estão sendo atendidos pelas autoridades de Dar-es-Salaam.

No sábado, 17 de outubro, o ministro do Exterior do Tanganika Oscar Kambona, anunciou que se iniciara a luta dos moçambicanos pela liberdade.

COMENTÁRIOS SUL-AFRICANOS

JOANESBURGO (Do Corespondente) — O início das actividades militares dos patriotas moçambicanos na região norte da colónia é largamente noticiado por toda a imprensa da União Sul Africana. A maioria dos comentários deixa transparecer o receio de que o acontecimento de Moçambique se traduzem aqui por um recrudescimento das acções das massas africanas contra a política do apartheid. "The Star" em sua edição de 9 de outubro dá a notícia da rebelião a abrir a primeira página, à largura de oito colunas. Muito embora publicando os desmentidos de Lisboa, o jornal esclarece que se travam combates ao longo da fronteira do Tanganika e junto às margens do Lago Niassa. Insere também um telegrama da Reuter com declarações de Mazunzo Bobo, elemento do serviço de informações do Monotapa — designação do exército de libertação moçambicano — sobre os últimos choques registrados entre os patriotas e as tropas portuguesas nas regiões de Vanduzi, Vila Gouveia, Quelimane e Tete. "The Star" alude também a uma notícia de "New York Times" anunciando que foram atacados os postos de Mueda e Metania. O jornal publica também uma foto de Nempula, designando a cidade como "a capital da área rebelde", e um retrato do dr. Eduardo Mondlane, presidente da FRELIMO. Em correspondência de Salisbury, na Rodésia do Sul, salienta-se noutro local que os guerrilheiros que iniciaram as operações contra o poder colonial português pertencem à tribo Maconde e receberam instrução militar em Tlencem, na República Argelina. No dia 12, "The Star" dedica novamente grande espaço aos acontecimentos, aludindo às medidas de precaução tomadas pelas autoridades portuguesas na região compreendida entre Palma e Mueda onde se acham localizados cinco campos de aviação. Segundo depoimento dos refugiados que continuam a atravessar o Rovuma em grande número, o Exército Português principiou já a arrasar aldeias inteiras na zona fronteiriça e a torturar os fugitivos que consegue deter.

O "Sunday Times" em sua edição de 11 de outubro, dedica particular atenção ao exodo das populações moçambicanas, acentuando que se contam por milhares os que procuram refugio no Tanganika. As represálias da tropa portuguesa principiaram logo que o alto comando teve conhecimento da morte de dois oficiais ocorrida em Mtwara. Numa área de tres milhas em volta do local todas as construções foram destruídas e depois incendiadas. Segundo o "Sunday Times" os efetivos militares portugueses ascendem a 25.000 homens. O "Sunday Express" ocupa-se também dos acontecimentos, salientando que o ataque desfechado pelos nacionalistas moçambicanos vem assinalar a abertura da terceira frente de combate para o governo de Salazar e inaugura uma nova fase na luta pela posse da "África controlada pelos brancos".



Mapa da região norte de Moçambique. Em Mueda, localidade assinalada próxima da fronteira com Tanganika, foram mortos pelas tropas colonialistas, em 1960, mais de 300 africanos, como represália sangrenta a uma manifestação pacífica contra as arbitrariedades cometidas sobre a população pela autoridade local.

Os Democratas Portugueses e o General De Gaulle

As organizações democráticas portuguesas do Brasil enviaram ao general de Gaulle, com data de 13 de outubro, a carta que abaixo publicamos:

A Sua Excelência o Presidente da República Francesa
General Charles de Gaulle
Embaixada da França
Rio de Janeiro

Pelo seu significado histórico, a actual visita de V. Exa. à América Latina constitui um acontecimento que não interessa apenas aos povos das dez repúblicas que o receberam triunfalmente. As claras e repetidas afirmações de V. Exa. em defesa de uma política sem sujeições de nenhuma espécie, sejam elas de carácter político ou económico, impressionaram de modo particular os democratas portugueses que tão numerosos são neste Continente. Só no Brasil, onde V. Exa. chega hoje, vivem mais de 900.000 portugueses — um décimo da população de Portugal — que foram forçados a expatriar-se justamente em consequência das condições negativas criadas por um regime discriminatório que vem alienando sistematicamente não só todas as liberdades constantes da Carta das Nações Unidas como também as riquezas do povo português, subordinando os seus interesses mais sagrados às conveniências económicas e políticas de outras potências. V. Exa., sob cujo governo quinze antigas colónias francesas se transformaram em outros tantos Estados africanos independentes, no mais rápido processo de descolonização da História, sabe melhor do que ninguém que as guerras coloniais conduzidas contra os interesses de um povo contribuem de modo decisivo para criar uma situação crítica a esse povo. Por isso, atentos às posições de V. Exa. em defesa da plena independência de todos os países, vêm os signatários — interpretando o sentimento da emigração democrática portuguesa — manifestar a esperança de que a República Francesa não contribua de nenhum modo — no terreno político, económico ou militar — para a sua tentativa directa ou indirecta da guerra colonial empreendida pelo governo de Lisboa, guerra que constitui uma

ameaça à Paz mundial e um desafio ao direito dos povos à autodeterminação e independência.

O próprio facto de V. Exa. ter encarnado em determinado momento da história a vitória da liberdade e da razão sobre o pesadelo hitleriano, traz-nos a certeza de que não permanecerá indiferente ao que expomos, tanto no que se refere à sistemática violação dos Direitos do Homem que se verifica em Portugal como no que diz respeito à guerra colonial. O nosso apelo, lembramo-lo, corresponde também aos anseios mais fundos de milhares de emigrantes portugueses aos quais a França, generosamente, abre todos os anos as suas portas.

Saudando em si, sr. Presidente, o chefe de uma Nação a que todos os democratas portugueses se sentem ligados por laços de cultura imperecíveis, apresentamos-lhe os protestos da nossa mais elevada consideração.

Pelo CENTRO REPUBLICANO PORTUGUES: Rica Gonçalves; pela UNIÃO DAS MULHERES PORTUGUESAS: Maria Archer; pela UNIDADE DEMOCRÁTICA PORTUGUESA: Joaquim Lopes Mendes, Alexandre Pereira, Fernando Ramos, Manuel Rocheta e Lenine Alexandre; pelo PORTUGAL DEMOCRÁTICO: Augusto Aragão, António Fonseca, Joaquim Barradas de Carvalho, Miguel Urbano Rodrigues e Victor Ramos.

Esta carta dos democratas portugueses ao general De Gaulle foi divulgada pela imprensa brasileira, tendo sido reproduzida na íntegra pelo "Correio da Manhã" do Rio de Janeiro.

— • —

Durante a sua permanência no Brasil, o presidente da França pronunciou-se várias vezes contra o colonialismo. Por outro lado, no comunicado conjunto sobre a visita, tornado publico no dia 16, afirma-se que "a libertação do homem, o desenvolvimento dos países menos favorecidos, o respeito à independência nacional de cada país, o direito dos povos à autodeterminação, o equilíbrio mundial e a paz são objectivos essenciais para o Brasil e para a França".

Ultima Hora

2 mortos em Lourosa: Povo enfrenta G.N.R.

Transcrevemos a seguir um telegrama da agência "United Press" que os jornais brasileiros publicaram nas suas edições de 16 de Outubro.

LOUROSA, Portugal, 15 (UPI) — Informa-se que duas jovens morreram e outras 18 pessoas ficaram feridas, quando a Polícia Federal fez disparos de metralhadora contra participantes de uma manifestação que protestavam contra a transferência do parco desta cidade. Seis pessoas foram conduzidas a um hospital do Porto, a pouco mais de 20 quilómetros desta localidade, e as demais assistidas em clínicas e postos de socorro. Muitas das vítimas são mulheres. Uma das jovens morreu no local, e a outra, no hospital, em consequência dos ferimentos de bala que receberam.

A violência originou-se ao chegar um "jeep" em que viajavam "guardas republicanos" (Polícia Federal) para conduzir o sacerdote até fora da localidade. Quando o padre, que se achava enfermo há varios dias, subiu no "jeep", seus fiéis iniciaram uma ruidosa manifestação de protesto.

N. da R. — Pela leitura do telegrama verifica-se imediatamente que a United Press mais uma vez tentou em deformar informações provenientes de Portugal. Se a grande agência americana não estivesse ligada por contrato à agência fascista ANI certamente não apresentaria dos acontecimentos de Lourosa versão tão incolor e deturpada, a que não falta sequer a nota ridícula da transformação da G.N.R. em polícia federal.

Não dispomos ainda de informações dos nossos correspondentes sobre o que se passou realmente em Lourosa. De qualquer modo, não resta a menor dúvida de que as forças

de repressão, agiram como é seu hábito, com a maior violência, mas encontraram desta vez pela frente uma multidão coesa que não arredou pé e que as amedrontou a ponto de o saldo da luta ser o mais pesado de todas as manifestações de rua ultimamente: 2 mortos e 18 feridos. Outro indicio certo de que o povo da Lourosa, unido, soube bater-se com bravura contra os mercenários da G.N.R. é-nos dado pelo telegrama da agência ANI publicado dias depois no pasquim "A Voz de Portugal". Segundo essa fonte, "a tragédia estalou de subito como uma trovoadas". Quanto à explicação, ela é bem ao gosto fascista, mais estúpida ainda do que cruel: "disparou-se a pistola-metralhadora de um soldado da Guarda Republicana e dezenove pessoas caíram, 18 feridas e uma fulminada". Nunca um disparo acidental teria abatido tanta gente...

Ignoramos qual o papel do pároco nos antecedentes do caso. Mas perde o seu tempo a United Press na tentativa de transformar um movimento de massas em questão religiosa.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
R. Cons. Furtado, 191. — SP. Brasil
Endereços de Assinantes

OBSCURANTISMO SALAZARISTA

Por absoluta falta de espaço interrompemos neste número a publicação da série de artigos sobre o "Obscurantismo Salazarista" do nosso companheiro Joaquim Barradas de Carvalho. Em nossa próxima edição publicaremos o IV artigo, já em nossa Redação.

Prof. F...
Si...
tinen...
dirigi...
missã...
nos 7...
inger...
para...
gindo...
litare...
Na e...
signa...
e cha...
zenas...
de Sa...
dade...
gestõ...
ções...
inici...
cente...
com...
na A...
ment...
panti...